

ADITIVO Nº 2

AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

PETRORECÔNCAVO S.A.

NA QUALIDADE DE VENDEDORA

E

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

ADITIVO Nº 2 CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL, FIRMADO EM 22/12/2021, TENDO COMO PARTES, À ÉPOCA, A PETRORECÔNCAVO S.A., A SPE MIRANGA S.A. E A COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

Pelo presente instrumento,

PETRORECÔNCAVO S.A., sociedade com sede na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, na Estrada do Vinte Mil, km 3,5, Estação São Roque, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.342.704/0001-30, e filial na cidade de Mossoró – RN, na Av. Lauro Monte, nº 1010, Abolição, CEP 59.619-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.342.704/0004-83, doravante denominada “PETRORECÔNCAVO”, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de VENDEDORA,

E

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, sociedade com sede na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.432.153/0001-20, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada “COMPRADORA”.

VENDEDORA e a COMPRADORA, também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES” e

CONSIDERANDO QUE:

- as PARTES, tendo ainda, à época, a SPE MIRANGA S.A., celebraram, em 22/12/2021, o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na com vigência até 31/12/2026 (doravante, “CONTRATO”), que entrou em vigor na data de sua assinatura, sendo que o início de fornecimento ficou estabelecido a partir de 01/01/2022;
- em 23/03/2022, SPE MIRANGA S.A., além da COMPRADORA e VENDEDORA, firmaram o Aditivo Nº 1 ao CONTRATO, incluindo a empresa POTIGUAR E&P S.A. também como vendedora, além de ajustar determinadas cláusulas do CONTRATO para melhor esclarecer questões relacionadas com o repasse dos custos incorridos com a contratação do transporte da molécula, em especial com os encargos de capacidade que estão sendo cobrados pela transportadora em base diária (doravante, “ADITIVO Nº 1”);
- a SPE MIRANGA S.A. e a POTIGUAR E&P S.A. sempre foram empresas subsidiárias integrais da PETRORECÔNCAVO, e que, por uma decisão interna da PETRORECÔNCAVO se decidiu fazer uma reorganização societária, pela qual a SPE MIRANGA S.A. e a POTIGUAR E&P S.A. foram extintas, sendo as mesmas

incorporadas para todos os fins de direito pela PETRORECÔNCAVO, não existindo mais os CNPJ/MF de tais empresas;

- as PARTES resolvem firmar o presente instrumento para formalizar contratualmente a incorporação, pela qual a PETRORECÔNCAVO passa a ser a sucessora para todos os fins de direito da SPE MIRANGA S.A. e a POTIGUAR E&P S.A., assim como para alterar as questões relacionadas com a precificação da parcela da molécula e do transporte da molécula;

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Aditivo Nº 2 ao Contrato de Compra e Venda de Gás Natural ("ADITIVO Nº 2"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E EFICÁCIA

1.1. Este ADITIVO Nº 2 terá vigência e eficácia a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente ADITIVO Nº 2 tem como objeto: (i) formalizar a reorganização societária da VENDEDORA; (ii) ajustar as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS; (iii) refletir no CONTRATO a contratação pela COMPRADORA da capacidade de transporte de saída perante o TRANSPORTADOR; e (iv) inserir ao CONTRATO regras sobre a entrada em operação de um novo PONTO DE ENTREGA, o PONTO DE ENTREGA UTG SRO; incluindo disposições específicas sobre preço, condições comerciais e operacionais e adequações às compromissos das PARTES; e (v) alterar as questões relacionadas com a precificação da parcela da molécula.

CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÕES NO CONTRATO E CONSOLIDAÇÃO

3.1. As PARTES acordaram (i) alterar as disposições de modo a refletir a reorganização societária da VENDEDORA; (ii) alterar a CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO do CONTRATO para refletir as novas condições de prazo e início do fornecimento; (iii) alterar as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS estabelecidas no item 4.1 do CONTRATO; (iv) alterar as questões relacionadas com a precificação da parcela da molécula; e (v) inserir ao CONTRATO regras sobre a entrada em operação do PONTO DE ENTREGA UTG; incluindo disposições específicas sobre preço, condições comerciais e operacionais e adequações às compromissos das PARTES; e (vi) refletir no CONTRATO a contratação pela COMPRADORA da capacidade de transporte de saída perante o TRANSPORTADOR, que antes era contratada pela VENDEDORA.

3.2. Em função da migração da contratação da capacidade de transporte de saída perante o TRANSPORTADOR da VENDEDORA para a COMPRADORA mencionada no item 3.1 acima e da inserção de regras e adequações em função da entrada em operação do PONTO DE ENTREGA UTG SRO, as PARTES decidiram fazer uma série de mudanças no CONTRATO. Considerando que as mudanças no CONTRATO foram substanciais e com impactos na estrutura de diversas cláusulas, as PARTES optaram por consolidar diretamente todas as mudanças na minuta consolidada do CONTRATO que segue no Anexo I a este ADITIVO Nº 2.

3.3. Diante do exposto nos itens 3.1 e 3.2 acima, a integralidade do CONTRATO passa a vigorar, a partir da presente data, com a redação estabelecida no Anexo I a este ADITIVO Nº 2.

CLÁUSULA QUARTA – DA LEI APLICÁVEL E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

4.1. O presente ADITIVO Nº 2 será regido e interpretado de acordo com as LEIS da República Federativa do Brasil.

4.2. Quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução deste ADITIVO Nº 2 serão resolvidas conforme as disposições da CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO do CONTRATO.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Qualquer termo grafado em maiúsculas que não seja definido no ADITIVO Nº 2, no singular ou no plural, terá o significado que lhe é atribuído no CONTRATO, considerando o ADITIVO Nº 1.

5.2. As PARTES declaram que obtiveram todas as autorizações societárias e legais cabíveis para a celebração do ADITIVO Nº 2.

5.3. Cada uma das PARTES declara que:

- a) o ADITIVO Nº 2 constitui obrigações legais, válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- b) todas as autorizações necessárias para permitir a celebração e a execução de suas obrigações no ADITIVO Nº 2 foram obtidas e estão e permanecerão em pleno vigor; e
- c) a assinatura, celebração e execução do ADITIVO Nº 2 não entrará em conflito com (i) qualquer contrato que as PARTES tenham celebrado; (ii) seus documentos constitutivos; (iii) legislação em vigor; (iv) decisão judicial; ou (v) normas regulatórias.

CLÁUSULA SEXTA – CONFORMIDADE DAS PARTES

6.1. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente ADITIVO Nº 2, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste ADITIVO Nº 2. Assim, as PARTES reconhecem que este ADITIVO Nº 2 e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do ADITIVO Nº 2.

Salvador, 08 de julho de 2024.

PETRORECONCAVO S.A.

João Vitor Silva Moreira
Diretor de Comercialização,
Regulação e Novos Negócios

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Diretor Presidente

Larisse Karina Stelitano Gonsalves de
Oliveira
Diretora Técnica e Comercial

TESTEMUNHAS:

Nome: Alairson Gonçalves Filho

[REDACTED]

Nome: Makyo de Araújo Félix

[REDACTED]

**ANEXO AO ADITIVO Nº 2 CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL,
FIRMADO EM 22/12/2021, TENDO COMO PARTES, À ÉPOCA, A
PETRORECÔNCAVO S.A., SPE MIRANGA S.A. E A COMPANHIA DE GÁS DA
BAHIA – BAHIA GÁS**

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	7
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO	16
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO	17
CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA	17
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS	18
CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA	27
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA	33
CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO	35
CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	37
CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS	37
CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS	37
CLÁUSULA DOZE – PARADAS	38
CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO	40
CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	44
CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	46
CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO	49
CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	54
CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	54
CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	56
CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO	56
CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES	57
CLÁUSULA VINTE E DOIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	58
CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DISPOSIÇÕES GERAIS	59
CLÁUSULA VINTE E QUATRO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES	61

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

AJUSTE: significa a operação destinada a fazer com que um instrumento de medição tenha as indicações corrigidas com base no resultado de uma CALIBRAÇÃO.

ANO: significa cada período que:

- (a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

O termo “ano” quando não grafado em maiúscula significará ano civil.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.4.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.4.3.

ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 16.4.3(i).

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;

(b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

BALANCEAMENTO: significa o gerenciamento das injeções e retiradas de GÁS no SISTEMA DE TRANSPORTE para fins de equilíbrio e execução eficiente e segura dos serviços de transporte da TRANSPORTADORA.

CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa a Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, responsável pela condução da MEDIAÇÃO e ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos.

CONTRATOS DE CONCESSÃO DE E&P: significam os contratos de concessão, seus anexos e termos aditivos celebrados entre as VENDEDORAS e a ANP para exploração dos campos contidos no POLO MIRANGA, POLO POTIGUAR e no POLO REMANSO.

CONTRATOS DE TRANSPORTE: significam os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA em conjunto, utilizados apenas no PONTO DE ENTREGA TAG.

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA: significam os contratos de prestação de serviço de transporte regulados pela ANP, no regime de entrada, celebrados pela VENDEDORA com a TRANSPORTADORA necessários à entrega do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE ENTREGA TAG.

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA: significam os contratos de prestação de serviço de transporte regulados pela ANP, no regime de saída, celebrados pela COMPRADORA com a TRANSPORTADORA necessários à entrega do GÁS objeto deste CONTRATO, oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG, nos PONTOS DE SAÍDA.

CONTRATO(S) UPSTREAM: significa(m) (i) o(s) contrato(s) que permite(m) a VENDEDORA acessar as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pela VENDEDORA oriunda da exploração dos campos do POLO MIRANGA e POLO REMANSO; ou (ii) o(s) contrato(s) entre a VENDEDORA e a PETROBRAS que permitam a VENDEDORA receber o GÁS em condições comercializáveis à COMPRADORA.

CSLL: significa a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

CRIANÇA: significa qualquer pessoa abaixo de 15 anos de idade ou a idade mínima legalmente prescrita para o emprego ou a idade para conclusão da educação obrigatória de acordo com as LEIS, o que for maior.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Salvador/BA.

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar na Cidade de Salvador.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: Significa documento emitido ao COMPRADOR mediante concessão de crédito, com valor calculado conforme item 13.4.

ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT): significa a componente da PARCELA DE TRANSPORTE, calculada conforme item 5.2.2, expressa em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.10.

ESCRAVIDÃO MODERNA: trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL.

ESTAÇÃO DE ENTREGA: significa o conjunto de instalações, incluindo o SISTEMA

DE MEDIÇÃO da VENDEDORA, necessárias para disponibilizar o GÁS à COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, pela VENDEDORA, nas condições estabelecidas no CONTRATO. A depender das CONDIÇÕES DE ENTREGA, a ESTAÇÃO DE ENTREGA poderá ou não contemplar também outros sistemas e equipamentos, tais como filtros, aquecedores e válvulas reguladoras.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 14.1.

FALHA DE FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de disponibilidade física de GÁS em qualquer dos PONTOS DE ENTREGA;
- (b) Para o PONTO DE ENTREGA UTG SRO, cumulativamente, recusa ou não recebimento pela COMPRADORA de GÁS em desconformidade com as especificações contidas na CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS no PONTO DE ENTREGA UTG SRO;
- (c) No PONTO DE ENTREGA TAG, ação ou omissão da VENDEDORA que ocasione a recusa de programação de GÁS pelo TRANSPORTADOR, impossibilitando ou limitando a retirada de GÁS nos PONTOS DE SAÍDA; ou
- (d) No PONTO DE ENTREGA TAG, envio, pela VENDEDORA, e consequente aceite e programação pelo TRANSPORTADOR, de QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA inferior àquela definida como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o PONTO DE ENTREGA TAG.

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA DE FORNECIMENTO:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a outra PARTE sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) No PONTO DE ENTREGA TAG, ter a COMPRADORA deixado de fazer, junto ao TRANSPORTADOR, a nominação do GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, ou tenha feito nominação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o PONTO DE ENTREGA TAG;
- (iv) Para o PONTO DE ENTREGA TAG, falhas e/ou descumprimento atribuídos ao TRANSPORTADOR; ou
- (v) situações de PARADAS PROGRAMADAS.
- (vi) No PONTO DE ENTREGA UTG SRO, ter a COMPRADORA retirado GÁS em desconformidade com o estabelecido na alínea (e) do item 3.5do Anexo II a este CONTRATO;
- (vii) descumprimento pela COMPRADORA das condições de entrega estabelecidas no item 1.1 do Anexo II; e
- (viii) situações de PARADAS PROGRAMADAS e PARADAS EMERGENCIAIS.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa mistura de hidrocarbonetos constituída

essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que, nas CONDIÇÕES BASE, se encontra no estado gasoso.

GRUPO: tem o significado a ele atribuído no item 21.1.1.

INFRAESTRUTURA: significa, em conjunto (i) o gasoduto de escoamento da produção ou gasoduto de transferência que interliga a UPGN da VENDEDORA e/ou de um PROCESSADOR por ela contratado; (ii) os PONTOS DE ENTREGA; (iii) a UPGN relacionada ao presente CONTRATO; e (iv) o sistema de distribuição da COMPRADORA.

INÍCIO DE FORNECIMENTO: data de início de fornecimento do GÁS NATURAL objeto desde CONTRATO.

IOF: significa o Imposto sobre Operações Financeiras.

IPCA: significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

IRPJ: significa o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas.

LEI ou LEGISLAÇÃO: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significam as LEIS estabelecidas no item 21.1.1.

MEDIAÇÃO: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.2.

MÊS: significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. "MENSALMENTE" será interpretado de modo correspondente.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL: significa a modalidade de suprimento de GÁS na qual a VENDEDORA se obriga a fornecer a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) e/ou programar a injeção de quantidades de GÁS nos PONTOS DE ENTREGA conforme o PONTO DE ENTREGA, sem o direito de reduzir ou interromper o suprimento de GÁS.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento

possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO: significam as notificações para troca de titularidade do GÁS, para fins de BALANCEAMENTO, conforme previsto nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, conforme aplicável.

PARADA(S) EMERGENCIAL: significa) situações transitórias emergenciais, que não são possíveis serem comunicadas antecipadamente, e que resultem em redução parcial do fornecimento de GÁS, aplicável exclusivamente para o PONTO DE ENTREGA TAG, para fins de reparos emergenciais tecnicamente necessários em equipamentos ou condutos vinculados ao fornecimento, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE – PARADAS .

PARADA PROGRAMADA: significa situações transitórias comunicadas antecipadamente, que resultem em redução total ou parcial do fornecimento ou no recebimento de GÁS, para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendada, em equipamentos ou condutos vinculados ao fornecimento ou recebimento do GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE – PARADAS .

PARCELA DE INFRAESTRUTURA: significa o preço referente a soma dos custos de processamento e escoamento de gás incorridos pela VENDEDORA no âmbito dos CONTRATOS UPSTREAM, expressa em R\$/MMBtu nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa a PARCELA DA MOLÉCULA 1 (PM1) ou a PARCELA DA MOLÉCULA 2 (PM2), conforme o caso, ou, quando no plural, ambas PM1 E PM2.

PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1): significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DO GÁS, referente à molécula do GÁS no PONTO DE ENTREGA TAG, nos termos previstos no item 5.2.3.

PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2): significa a parcela única que compõe o PREÇO DO GÁS no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, nos termos previstos no item 5.3.1.

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DO GÁS, referente aos custos de serviço de transporte de entrada, nos termos previstos no item 5.2.

PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB): significa a componente da PARCELA DE TRANSPORTE calculada conforme o item 5.2.1.2, expressa em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PETROBRAS: significa a Petróleo Brasileiro S.A.

PERITAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.3.

PERITO: significa a pessoa designada, conforme o item 16.3 e seus subitens, para

dirimir as controvérsias submetidas à PERITAGEM.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa a quantidade de energia utilizada como referência, equivalente a 37.302,1790 BTU em 1,0 MMm³ de GÁS, que convertidos equivalem a 9.400 kcal/m³ por 1,0 m³.

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO).

POLO MIRANGA: significa o conjunto de campos terrestres de produção de petróleo e gás natural localizados nas proximidades dos municípios de Araçás, Itanagra e Catu, no Estado da Bahia.

POLO POTIGUAR: significa o conjunto de campos terrestres de produção de petróleo e gás natural localizados nas proximidades dos municípios de Mossoró, Upanema, Governador Dix-sept Rosado, Felipe Guerra, Apodi, Caraúbas e Upanema, no Estado do Rio Grande do Norte, que compõem o portfólio de origem do GÁS objeto do presente CONTRATO.

POLO REMANSO: significa o conjunto de campos terrestres de produção de petróleo e gás natural localizados nas proximidades dos municípios de Catu, Mata de São João, Pojuca e São Sebastião do Passé, no Estado da Bahia.

PONTO DE ENTREGA: significa o PONTO DE ENTREGA TAG e o PONTO DE ENTREGA UTG SRO cumulativamente.

PONTO DE ENTREGA TAG: qualquer dos pontos de injeção de gás no SISTEMA DE TRANSPORTE onde (i) o GÁS ingressa no SISTEMA DE TRANSPORTE, (ii) é entregue pela VENDEDORA (ou por terceiro por esta indicado) para a custódia e transporte do TRANSPORTADOR, e (iii) onde é realizada a transferência da propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA.

PONTO DE ENTREGA UTG SRO: consiste nas instalações necessárias à disponibilização do GÁS nas condições contratuais incluindo o respectivo SISTEMA DE MEDIÇÃO de propriedade da VENDEDORA ou do terceiro por elas contratado. Para efeito deste CONTRATO, para fins do GÁS entregue no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, o local de transferência de propriedade, onde ocorre a tradição e transferência do GÁS à COMPRADORA, está localizado na última válvula ou flange de propriedade da VENDEDORA ou de terceiros por esta contratada.

PONTO DE SAÍDA: local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde o GÁS entregue no PONTO DE ENTREGA TAG, é colocado pelo TRANSPORTADOR à disposição para recebimento da COMPRADORA.

PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL: significa todas as formas de escravidão, servidão por dívida, tráfico ou trabalho forçado, ou recrutamento ou uso

de CRIANÇAS para (i) exploração sexual (incluindo prostituição ou produção de pornografia); (ii) fins de segurança ou militares; (iii) tráfico de drogas ou outras atividades ilícitas; ou (iv) qualquer outra forma de trabalho que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, seja suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das CRIANÇAS.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

PRESSÃO DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO: significa a pressão máxima de operação admissível, conforme definido na norma NBR 12712:2002 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível ou similar, informada pela COMPRADORA, no seu respectivo sistema de distribuição, interligado ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO em questão, conforme definido nas condições de entrega.

PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica máxima de operação no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, conforme definido nas condições de entrega.

PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica mínima de operação no PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

PROCESSADOR: significa a empresa responsável pelo processamento do gás natural na UPGN e/ou Unidade de Tratamento de GÁS de propriedade da VENDEDORA ou de terceiro por ela contratado, nos termos da Resolução ANP 17/2010 e da Resolução ANP nº 16/2008, ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s).

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA): significa a QUANTIDADE DE GÁS, no PONTO DE ENTREGA TAG, em base diária que tenha sido efetivamente aprovada pelo TRANSPORTADOR considerando a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA, no âmbito dos CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste CONTRATO exclusivamente referente ao PONTO DE ENTREGA TAG.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária prevista na CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente colocada pela VENDEDORA à disposição da COMPRADORA

exclusivamente no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, em um determinado DIA, apurada conforme item 6.3.3.

QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN): significa a QUANTIDADE DE GÁS que, a VENDEDORA nomina ao TRANSPORTADOR, em um determinado DIA, para que seja colocada à sua disposição no PONTO DE ENTREGA TAG, no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA relativa à prestação do serviço de transporte referente ao GÁS objeto deste CONTRATO exclusivamente relativa ao PONTO DE ENTREGA TAG.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado, nos termos da CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA a zero casa decimal, que tenha sido retirada pela COMPRADORA exclusivamente oriunda do PONTO DE ENTREGA UTG SRO em determinado DIA, calculada de acordo com o item 2.2 do Anexo II.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, conforme CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS, calculada na forma do item 6.3.

QUANTIDADE MEDIDA (QM): Significa o volume de GÁS, expresso em metros cúbicos, apurado em determinado período no SISTEMA DE MEDIÇÃO exclusivamente oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 7.2, diretamente relacionada ao descumprimento da RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) da COMPRADORA prevista no item 7.1.

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR): significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à VENDEDORA de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS.

QUANTIDADE RECUPERADA (QR): significa a QUANTIDADE DE GÁS recuperada pela COMPRADORA do remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, na forma do item 7.4.

QUANTIDADE REPOSTA (QRP): significa a QUANTIDADE DE GÁS que poderá ser abatida da QUANTIDADE FALTANTE, como estabelecido em 6.3.1

RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM): significa o valor do compromisso mínimo de retirada do GÁS da COMPRADORA, na forma do item 7.1. O valor do RMM será faturado na forma do item 13.3, sendo recuperável na forma do item 7.4 e seus subitens.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, localizado na ESTAÇÃO DE ENTREGA.

SISTEMA DE TRANSPORTE: conjunto de instalações físicas de propriedade da TRANSPORTADORA necessárias à prestação do respectivo serviço de transporte, incluindo, mas não se limitando a dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão, pontos de entrada e pontos de saída, existentes ou que venham a ser instalados.

TAG ou TRANSPORTADORA: significa a Transportadora Associada de Gás S.A. autorizada pela ANP para exercer a atividade de transporte de gás natural por meio de duto.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 16.4.3(ii).

UPGN: significa a Unidade de Processamento de Gás Natural de propriedade da VENDEDORA, ou outra que venha a ser de propriedade de terceiros contratado pela VENDEDORA visando atender ao presente CONTRATO e/ou Unidade de Tratamento de GÁS, nos termos da Resolução ANP 17/2010 e da Resolução ANP 16/2008, ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s).

USUÁRIO LIVRE: significa o usuário que, nos termos da LEI, tem a opção de adquirir o GÁS NATURAL de qualquer agente que realiza a atividade de comercialização de gás natural, tendo, na forma do item 4.3 abaixo, escolhido suprimento direto pela VENDEDORA, na forma do item 4.3.

VALOR DE INDENIZAÇÃO: significa o valor máximo que uma PARTE deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, nos termos do item 14.4.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL, segundo as condições estipuladas nesse CONTRATO.

2.2. As PARTES definem que o fornecimento de GÁS objeto deste CONTRATO pode se dar em dois pontos de entrega, sendo o primeiro relacionado com o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG, localizado na entrada do SISTEMA DE TRANSPORTE, enquanto que o segundo é relacionado com o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO, localizado na entrada do sistema de distribuição da COMPRADORA. Em função de diferentes realidades operacionais e estrutura em cadeia, apesar de haver apenas uma QDC aplicável para os compromissos de entrega (da VENDEDORA) e retirada (da COMPRADORA), as PARTES decidiram estabelecer PREÇOS DO GÁS diferentes para o GÁS oriundo de cada PONTO DE ENTREGA. Além disso, as PARTES definiram regras sobre condições de entrega do GÁS, medição e qualidade do GÁS diferentes para o GÁS oriundo de cada PONTO

DE ENTREGA, as quais estão divididas em anexos específicos conforme previsto neste CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO

3.1. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá em 31 de dezembro de 2026, tendo o seu INÍCIO DE FORNECIMENTO ocorrido em 01/01/2022, observado o disposto no item 3.2.

3.2. O prazo do presente CONTRATO poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante correspondente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

4.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, será determinada de acordo com a tabela abaixo:

Período	QDC (m³/dia)
01/01/2022 a 30/06/2022	400.000 (quatrocentos mil METROS CÚBICOS por DIA)
01/07/2022 a 31/12/2022	600.000 (seiscentos mil METROS CÚBICOS por DIA)
01/01/2023 a 31/12/2023	800.000 (oitocentos mil METROS CÚBICOS por DIA)
01/01/2024 a 31/12/2025	1.100.000 (um milhão e cem mil METROS CÚBICOS por DIA)
01/01/2026 a 31/12/2026	1.000.000 (um milhão de METROS CÚBICOS por DIA)

4.2. As PARTES poderão, em conjunto, avaliar as QDCs originalmente estabelecidas no CONTRATO e poderão, de comum acordo, alterar a QDC ou o período de sua vigência, mediante a celebração de termo aditivo a este CONTRATO.

4.3. A partir da data do INÍCIO DO FORNECIMENTO, caso um ou mais usuários da COMPRADORA opte(m) pela migração para a condição de USUÁRIO LIVRE e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela VENDEDORA ou por AFILIADA da VENDEDORA, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA poderá ser reduzida pela QUANTIDADE DE GÁS que o(s) usuário(s) que optou(aram) pela condição de USUÁRIO LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, conforme venha a ser solicitado pela COMPRADORA, mediante a NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA e a celebração de aditivo contratual, sendo certo que a prioridade para fornecimento do GÁS será da COMPRADORA.

4.4. No caso de a COMPRADORA comprovar a redução da demanda de gás natural do mercado cativo do Estado da Bahia em razão da migração de um ou mais usuários para a condição de USUÁRIO LIVRE para outro supridor diferente da VENDEDORA ou de AFILIADA da VENDEDORA, deixando assim de adquirir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA deste CONTRATO poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QDC deste CONTRATO em relação às quantidades diárias contratuais de todos

os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução no Estado da Bahia, mediante solicitação e comprovação da COMPRADORA à VENDEDORA da migração do USUÁRIO LIVRE para a condição de consumidor livre.

4.5. Nas hipóteses dos itens 4.3 e 4.4, a COMPRADORA deverá informar à VENDEDORA, por meio de NOTIFICAÇÃO enviada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) DIAS, o volume que pretende reduzir da QDC, comprovando que o mesmo corresponde proporcionalmente à redução solicitada pelo(s) usuário(s) que solicitou(aram) migração para o mercado livre. A VENDEDORA se compromete a celebrar aditivos contratuais com a COMPRADORA para registrar as reduções da QDC acordadas no prazo de até 90 (noventa) DIAS a contar do recebimento, pela VENDEDORA, da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA.

4.6. A VENDEDORA se obriga a ofertar primeiramente à COMPRADORA, durante o prazo de vigência do CONTRATO, através de NOTIFICAÇÃO, quaisquer volumes adicionais à QDC, que possam ser produzidos no POLO MIRANGA e no POLO REMANSO.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, para o GÁS oriundo de cada PONTO DE ENTREGA será definido conforme abaixo:

5.1.1. O PREÇO DO GÁS no PONTO DE ENTREGA TAG aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 5.2.1.1 e subitens, com a PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1), prevista no item 5.2.3 e subitens, conforme fórmula abaixo:

$$PG = PT + PM1$$

PG	É o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), calculada conforme fórmula indicada no item 5.2.1.1 e subitens, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM1	É a PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1), calculada conforme fórmula indicada no item 5.2.3.1 e subitens, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

5.1.2. O PREÇO DO GÁS para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, será constituído somente pela PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM 2), prevista no item 5.3.1.

5.2. PREÇO DO GÁS para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG.

5.2.1. PARCELA DE TRANSPORTE (PT).

5.2.1.1. A PARCELA DE TRANSPORTE (PT), aplicável apenas para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG, será calculada mensalmente conforme fórmula a

seguir:

$$PT = PTB + EAT$$

PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PTB	É a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA.
EAT	É o ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE.

5.2.1.2. A PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) será calculada mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$PTB = [(1 + X) \times (T_E + T_{EMP})] + T_{GUS}$$

PTB	É a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB), expressa em R\$/m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, aplicável em determinado MÊS.
X	Significa o percentual de 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento)
T _E	Significa a média ponderada das Tarifas de Entrada para os contratos firmes em bases anuais, publicadas pela TAG para o MÊS em questão, aplicáveis às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS, apuradas em função dos PONTOS DE ENTREGA TAG utilizados pela VENDEDORA. Caso ocorra qualquer alteração, para mais ou para menos, no valor de quaisquer das Tarifas de Entrada utilizadas ou caso seja disponibilizada uma possibilidade de contratação em periodicidade superior à anual e compatível com o prazo deste CONTRATO, tal tarifa de entrada passará a ser automaticamente utilizada nesta fórmula, exceto caso a VENDEDOR não consiga realizar a contratação do serviço de transporte de entrada perante a TRANSPORTADORA pelo valor alterado em função de um motivo fora do seu controle, apesar de ter empregado seus melhores esforços para tanto.
T _{EMP}	Significa a Tarifa de Empacotamento publicada pela TAG para o MÊS em questão. Caso ocorra qualquer alteração no valor da Tarifa de Empacotamento, para mais ou menos, tal valor passará a ser automaticamente utilizado nesta fórmula.
T _{GUS}	Significa a Tarifa de Gás para Uso no Sistema publicada pela TAG para o MÊS em questão, observado o disposto no item 5.2.1.7.

5.2.1.3. As PARTES concordam que a forma de cálculo da PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) contempla e reflete todos os custos extraordinários e inesperados que venham a ser cobrados pela TRANSPORTADORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, não sendo devido pela COMPRADORA à VENDEDORA nenhum valor adicional em decorrência da prestação do serviço de transporte de gás além daqueles previstos neste CONTRATO.

5.2.1.4. O percentual do fator X constante da fórmula disposta no item 5.2.1.2 foi obtido com base em metodologia de cálculo devidamente acordadas entre as PARTES, considerando dados da ocorrência do Encargo de Serviço Excedente Não Autorizado – ESENA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA em função de retiradas de GÁS nas zonas de saída da COMPRADORA.

5.2.1.5. Após decorridos 30 (trinta) DIAS do final de cada semestre (considerando os meses calendário de cada ANO) ou ao final do último MÊS de fornecimento de GÁS do CONTRATO, as PARTES poderão apurar, utilizando-se da metodologia por elas aprovada (mencionada no item 5.2.1.4 acima), se o efetivo percentual no respectivo semestre foi maior ou menor do que percentual utilizado como X na forma de cálculo da PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) no mesmo período. Caso:

- (i) o percentual calculado ao final do semestre em questão seja superior ao percentual de X estabelecido no CONTRATO, a VENDEDORA poderá apurar o novo valor da PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) utilizando como base o novo percentual calculado para o semestre em questão. A VENDEDORA poderá calcular a diferença entre (a) o valor que seria pago pela COMPRADORA relativo ao fornecimento de GÁS no semestre em questão, considerando o percentual de "X" calculado conforme a fórmula por elas aprovada (mencionada no item 5.2.1.4 acima); e (b) o valor efetivamente pago pela COMPRADORA relativo ao fornecimento de GÁS no semestre em questão considerando o percentual de "X" estabelecido no CONTRATO. Nesta hipótese, haverá um ajuste na PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) a ser aplicado a todas as QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS no semestre em questão. Tal diferença apurada deverá ser paga pela COMPRADORA à VENDEDORA, mediante emissão de um DOCUMENTO DE COBRANÇA a ser apresentado pela VENDEDORA na forma do item 13.7.1.
- (ii) o percentual calculado ao final do semestre em questão seja inferior ao percentual de X estabelecido no CONTRATO, a COMPRADORA poderá apurar o novo valor da PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) utilizando como base o novo percentual calculado para o semestre em questão. A COMPRADORA poderá calcular a diferença entre (a) o valor efetivamente pago pela COMPRADORA relativo ao fornecimento de GÁS no semestre em questão, considerando o percentual de "X" estabelecido no CONTRATO; e o (b) o valor que seria pago pela COMPRADORA relativo ao fornecimento de GÁS no semestre em questão considerando o percentual de "X" calculado conforme a fórmula por elas aprovada (mencionada no item 5.2.1.4 acima). Nesta hipótese, haverá um ajuste na PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) a ser aplicado a todas as QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS no semestre em questão. Tal diferença apurada deverá ser paga pela VENDEDORA à COMPRADORA, mediante emissão de um DOCUMENTO DE COBRANÇA pela COMPRADORA a ser apresentado na forma do item 13.7.1.

5.2.1.6. Caso por 3 (três) apurações seguidas previstas na forma do item 5.2.1.5 acima, a mesma PARTE seja obrigada a pagar à outra PARTE a diferença do valor real da PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB), as PARTES deverão, mediante a celebração de um aditivo a este CONTRATO, alterar o percentual de "X" que passará a ser a média do "X" obtido em tais 3 (três) últimas apurações. O novo percentual de "X" será aplicável a partir do primeiro mês do semestre imediatamente posterior ao terceiro semestre verificado e permanecerá até o final da vigência deste CONTRATO, a não ser que a regra estabelecida neste item seja novamente acionada.

5.2.1.7. Caso, ao invés da cobrança pela TRANSPORTADORA da Tarifa de Gás para Uso no Sistema, o Gás para Uso no Sistema deva ser doado à TRANSPORTADORA, (A) a Tarifa de Gás para Uso no Sistema deverá ser considerada zero para fins da fórmula da PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB); e (B) a COMPRADORA deverá comprar o volume de Gás para Uso no Sistema, sendo certo que as PARTES desde já concordam que o valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA será obtido pelo resultado da multiplicação entre: (i) a PARCELA DA MOLÉCULA 1 (PM1) aplicável no referido MÊS; e a (ii) soma entre (a) a QUANTIDADE DE GÁS relativa ao Gás para Uso no Sistema, informada e validada pela TRANSPORTADORA como alocada à COMPRADORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA referente ao fornecimento de GÁS objeto deste CONTRATO; e (b) a QUANTIDADE DE GÁS relativa ao Gás para Uso no Sistema, requisitado pela COMPRADORA à VENDEDORA para atendimento do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

5.2.2. O ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) será calculado mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$EAT = \frac{[Q_{ECNU} \times (T_E + T_{EMP})] + CF + EC_{cong}}{QDA}$$

EAT	É o ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE aplicável em determinado MÊS, expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
Q _{ECNU}	Significa a QUANTIDADE DE GÁS relativa ao encargo de capacidade de transporte de entrada não utilizada, calculada conforme o item 5.2.2.1abaixo, no MÊS em questão.
CF	É o valor do encargo de custo fixo de compra e venda da TRANSPORTADORA, calculado conforme o item 5.2.2.2 abaixo, expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, aplicável no MÊS em questão.
T _E	Significa a média ponderada das Tarifas de Entrada para os contratos firmes em bases anuais, publicadas pela TAG para o MÊS em questão, aplicáveis às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS, apuradas em função dos PONTOS DE ENTREGA TAG utilizados pela VENDEDORA. Caso ocorra qualquer alteração, para mais ou para menos, no valor de quaisquer das Tarifas de Entrada utilizadas ou caso seja disponibilizada uma possibilidade de contratação em periodicidade superior à anual e compatível com o prazo deste CONTRATO, tal tarifa de entrada passará a ser automaticamente utilizada nesta fórmula, exceto caso a VENDEDORA não consiga realizar a contratação do serviço de transporte de entrada perante a TRANSPORTADORA pelo valor alterado em função de um motivo fora do seu controle, apesar de ter empregado seus melhores esforços para tanto.
EC _{cong}	Significa o Encargo de Congestionamento publicada pela TAG para o MÊS em questão. Caso ocorra qualquer alteração no valor do Encargo de Congestionamento, para mais ou menos, tal valor passará a ser automaticamente utilizado nesta fórmula.
T _{EMP}	Significa a Tarifa de Empacotamento publicada pela TAG para o MÊS em questão. Caso ocorra qualquer alteração no valor da Tarifa de

	Empacotamento, para mais ou menos, tal valor passará a ser automaticamente utilizado nesta fórmula.
QDA	É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA total no MÊS em questão.

5.2.2.1. A QUANTIDADE DE GÁS relativa ao encargo de capacidade de transporte de entrada não utilizada mencionada na fórmula constante do item 5.2.2 acima, será calculada mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$Q_{ECNU} = \sum_{i=1}^n \text{MAIOR} (QDC - QDA_i - QDR_i; 0) - (QNFF_i + QNPP_i + QNFM_i)$$

Q_{ECNU}	Significa a QUANTIDADE DE GÁS relativa ao encargo de capacidade de transporte de entrada não utilizada no MÊS em questão.
QDA_i	É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA no DIA “i” do MÊS em questão.
QDC	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente DIA “i” do MÊS em questão;
QDR_i	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no PONTO DE ENTREGA UTG SRO no DIA “i” do MÊS em questão.
$QNFF_i$	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA DE FORNECIMENTO no DIA “i” do MÊS em questão;
$QNFM_i$	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no DIA “i” do MÊS em questão;
$QNPP_i$	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS no DIA “i” do MÊS em questão, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (e) do item 12.3;
i	Significa determinado DIA do MÊS em questão;
n	Significa o número de DIAS do MÊS em questão.

5.2.2.2. O encargo de custo fixo de compra e venda de gás da TRANSPORTADORA mencionada na fórmula constante do item 5.2.2 acima, será calculada mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$CF = \sum_{i=1}^n (QDC - QDR) \times T_{CF}$$

CF	É o valor do encargo de custos fixos da TRANSPORTADORA, expresso em R\$/m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, aplicável no MÊS em questão.
QDC	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente DIA “i” do MÊS em questão;
QDR	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no PONTO DE ENTREGA UTG SRO no DIA “i” do MÊS em questão.
T_{CF}	Significa a Tarifa de Custo Fixo de Compra e Venda de Gás publicada pela TAG na contratação de capacidade de serviço de transporte de entrada para o MÊS em questão

i	Significa determinado DIA do MÊS em questão;
n	Significa o número de DIAS do MÊS em questão.

5.2.2.3. As PARTES reconhecem que os valores estabelecidos na PARCELA DE TRANSPORTE representam todos os custos e despesas a serem pagos pela COMPRADORA à VENDEDORA relativo à contratação do serviço de transporte de entrada para entrega do GÁS objeto deste CONTRATO.

5.2.2.3.1. Não obstante o disposto no item 5.2.2.3 acima, as PARTES reconhecem que a definição da PARCELA DE TRANSPORTE reflete as condições vigentes dos CONTRATOS DE TRANSPORTE para atendimento deste CONTRATO. Em caso de (i) mudanças nas condições ou alteração na estrutura das tarifas de transporte ou metodologia de cálculo dos encargos; ou (ii) caso a TRANSPORTADORA deixe de cobrar, mesmo que temporariamente determinada tarifa e/ou encargo; que faça com que as regras de cálculo da PARCELA DE TRANSPORTE (PT) aqui previstas deixem de refletir, mesmo que temporariamente, as condições vigentes dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, as PARTES se comprometem a, de boa-fé, refletir tais mudanças neste CONTRATO.

5.2.3. PARCELA DA MOLÉCULA 1 (PM1).

5.2.3.1. A PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS oriundas do GÁS no PONTO DE ENTREGA TAG, será calculada conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PM1 = \frac{(PM_0 + \alpha \times Brent) \times TC + PI}{26,8081}$$

Onde:

PM1	É a PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1) calculada trimestralmente (t), em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM ₀	É a PARCELA DE MOLÉCULA de referência, igual a US\$ 4,8960 /MMBtu (quatro dólares norte-americanos e oito mil novecentos e sessenta centavos por milhão de BTU), sem tributos, com quatro casas decimais, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, reajustado anualmente na forma do item 5.4.
α	É o fator de multiplicação do Brent, igual a 1,0% (um por cento).
Brent	É a média das cotações diárias do <i>Europe Brent Spot Price FOB</i> publicado pela <i>U.S. Energy Information Administration</i> (EIA), em US\$/bbl, referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso), .
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro

	casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
PI	É a PARCELA DA INFRAESTRUTURA, igual a R\$ 8,2728 / MMBtu (oito reais e dois mil setecentos e vinte e oito centavos por milhão de BTU) sem tributos, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, na data-base de dezembro de 2023, reajustada anualmente na forma do item 5.5.

5.3. PREÇO DO GÁS para o PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

5.3.1. PARCELA DA MOLÉCULA 2 (PM2).

A PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2) nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, única componente do PREÇO do GÁS aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS oriundas do PONTO DE ENTREGA UTG SRO, será calculada conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PM2 = \frac{[(PM_0 + \beta \times Brent) \times TC] + PI}{26,8081}$$

Onde:

PM2	É a PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2) calculada trimestralmente (t), em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM ₀	É a PARCELA DE MOLÉCULA de referência, igual a US\$ 4,8960 /MMBtu (quatro dólares norte-americanos e oito mil novecentos e sessenta centavos por milhão de BTU), sem tributos, com quatro casas decimais, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, reajustado anualmente na forma do item 5.4.
β	É o fator de multiplicação do Brent, igual a 2,0% (dois por cento).
Brent	É a média das cotações diárias do <i>Europe Brent Spot Price FOB</i> publicado pela <i>U.S. Energy Information Administration</i> (EIA), em US\$/bbl, referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).

PI	<p>É a PARCELA DA INFRAESTRUTURA nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, reajustadas anualmente na forma do item 5.5, igual a:</p> <p>(i) R\$ 0 / MMbtu para os primeiros 100.000 m³ (inclusive) da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA em determinado DIA; e</p> <p>(ii) R\$ 3,2343/ MMbtu (três reais e dois mil trezentos e quarenta e três centavos por Milhão de BTU) para o volume de gás da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA que exceda 100.000 m³ em determinado DIA.</p>
----	--

5.4. A PARCELA DE MOLÉCULA de referência (PM₀) será corrigida anualmente, tendo como data-base o mês de dezembro de 2023, sempre no mês de fevereiro pela variação do Consumer Price Index (CPI-U – CPI for All Urban Consumer - CUUR0000SA0) apurado e divulgado pelo U.S. Bureau of Labor Statistics (“BLS”), dos Estados Unidos da América, de acordo com a fórmula a seguir.

$$PM = PM_0 \times \frac{[CPI]}{CPI_0}$$

Onde:

PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA, sem tributos, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, caso aplicável, reajustada, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM ₀	É a PARCELA DE MOLÉCULA de referência, igual a US\$ 4,8960/MMBtu (quatro dólares norte-americanos e oito mil novecentos e sessenta centavos por milhão de BTU), sem tributos, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal
CPI	é o valor definitivo do número-índice do Índice de Preços aos Consumidores dos Estados Unidos da América (<i>Consumer Price Index for All Urban Consumers - CPI-U - CUUR0000SA0</i>) publicada pelo <i>Bureau of Labor Statistics</i> , referente ao segundo mês anterior (m-2) ao mês de correção;
CPI ₀	é o valor base definitivo deste mesmo índice de preços supracitado, referente ao mês de dezembro de 2023, igual a 306,996 (trezentos e seis vírgula novecentos e noventa e seis).

5.5. Não obstante a correção anual para a PARCELA DE MOLÉCULA de referência estabelecida no item 5.4, o valor de remuneração da PARCELA DE INFRAESTRUTURA, aplicável para PM1 e PM2, será reajustada anualmente, sempre no mês de fevereiro, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$PI_{\square} = PI_0 \times \frac{\left[\left(\frac{IGP-M_{\square}}{IGP-M_0} \right) + \left(\frac{IPCA_{\square}}{IPCA_0} \right) \right]}{2}$$

Onde:

PI	É a PARCELA DE INFRAESTRUTURA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, sem tributos, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, caso aplicável, reajustada no ANO.
PI_0	É a PARCELA DE INFRAESTRUTURA na data-base de dezembro de 2023, igual a R\$ 8,2728/MMBtu (oito reais e dois mil setecentos e vinte e oito centavos por milhão de BTU) para o PM1 ou R\$ 3,2343/MMBtu (três reais e dois mil trezentos e quarenta e três centavos por Milhão de BTU) para o volume de gás da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA que exceda 100.000 m ³ em determinado DIA para o PM2, sem tributos, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.
IGP-M	corresponde ao número índice acumulado do IGP-M, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao segundo MÊS anterior ao MÊS de correção (m – 2);
IGP-M ₀	corresponde ao número índice acumulado do IGP-M, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, na data-base de dezembro de 2023, igual a 1124,072 (mil cento e vinte e quatro vírgula zero setenta e dois).
IPCA	corresponde ao número índice acumulado do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao segundo MÊS anterior ao MÊS de correção (m – 2);
IPCA ₀	corresponde ao número índice acumulado do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, na data-base de dezembro de 2023, igual a 6773,27 (seis mil setecentos e setenta e três vírgula vinte e sete).

5.6. O PREÇO DO GÁS não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

5.6.1. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA,

tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

5.7. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m³ (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

5.8. O PREÇO DO GÁS (PG) será informado pela VENDEDORA à COMPRADORA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS anterior ao de aplicação do reajuste.

5.9. Na hipótese de o Banco Central ou o BLS deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas nos itens 5.2.3.1 e 5.3.1, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela VENDEDORA.

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA

6.1. Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA.

Durante toda a vigência do CONTRATO a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC); (ii) para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG, nominar a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) relativa ao PONTO DE ENTREGA TAG, junto à TRANSPORTADORA, como QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) e disponibilizar para a custódia do TRANSPORTADOR, no PONTO DE ENTREGA TAG a cada DIA, a referida parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP); e (iii) disponibilizar para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO, a cada DIA, a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) relativa a tal PONTO DE ENTREGA.

6.1.1. A COMPRADORA se obriga a efetuar, junto à TRANSPORTADORA, nominação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA equivalente à parcela da QDP a ser entregue do GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG, observando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

6.1.2. Além da possibilidade de ajustar os desequilíbrios no BALANCEAMENTO mediante programação regular diária, na eventualidade de existência de saldo desequilíbrio no portfólio das PARTES, então:

- (a) as PARTES poderão, mediante comum acordo, efetuar entre si, para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG, a troca de titularidade do GÁS sob custódia da TRANSPORTADORA, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO (caso solicitado pela TRANSPORTADORA), observadas as

regras tributárias e regulatórias para troca de titularidade, bem como as previsões dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE SAÍDA;

- (b) a TRANSPORTADORA deverá validar a troca de titularidade solicitada para que esta tenha efeito;
- (c) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de propriedade do GÁS do VENDEDOR para o COMPRADOR, então o COMPRADOR deverá pagar ao VENDEDOR o PREÇO DO GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG vigente à época da troca, relacionado à QUANTIDADE DE GÁS objeto de tal troca, sendo este acrescido à parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG para fins exclusivos do item deste CONTRATO;
- (d) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de sua propriedade da COMPRADORA para a VENDEDORA, então a VENDEDORA deverá pagar o PREÇO DO GÁS relativo ao GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG, excluída a PARCELA DE INFRAESTRUTURA, vigente à época da troca multiplicado pela QUANTIDADE DE GÁS objeto da troca de titularidade, acrescidos os tributos aplicáveis. A COMPRADORA poderá compensar tal montante de quaisquer valores devidos por ela à VENDEDORA no âmbito deste CONTRATO, incluindo os tributos aplicáveis a cada compra e venda.

6.1.3. Para fins de cumprimento do disposto na Resolução ANP n. 52/2011, ou qualquer outra que vier a substituí-la, fica acordado que, quando a troca de titularidade de gás sob custódia da TRANSPORTADORA por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO acontecer da COMPRADORA para a VENDEDORA, este CONTRATO será o fundamento da respectiva transação de compra e venda, considerando o seguinte:

- (i) a modalidade de compra e venda será considerada flexível;
- (ii) os termos e condições de fornecimento estão previstos nesta CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSOS DE FORNECIMENTO E NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO ou serão definidos nas NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO;
- (iii) os volumes a serem fornecidos serão aqueles constantes das respectivas NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO;
- (iv) o preço será determinado conforme item 6.1.2 (d) e o faturamento ocorrerá conforme disposto no Cláusula Treze deste CONTRATO.
- (v) os critérios de reajuste do preço seguirão os critérios de reajuste da PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1), que será utilizada conforme atualizada na forma deste CONTRATO;
- (vi) o ponto de transferência de propriedade será considerado aquele definido para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG ou outro definido na NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO;

- (vii) a solução de controvérsias deverá seguir o disposto na CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO; e
- (viii) o prazo de vigência deverá ser aquele estipulado na CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO.

6.2. Penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO.

6.2.1. No caso de FALHA NO FORNECIMENTO em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de efetiva ocorrência e comprovação de perdas e danos:

$$PFN = QF \times [(PGB - PM) + 1,5 \times PTB], \text{ onde:}$$

PFN:	é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão devida pela VENDEDORA;
QF:	é a QUANTIDADE FALTANTE no DIA em questão; e
PGB	é o preço de venda de gás praticado pela TAG para ações de BALANCEAMENTO no DIA em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.
PTB	é a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA para o mês em questão
PM:	o valor médio das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM) (considerando o peso das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS NO PONTO DE ENTREGA UTG SRO e das QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS no volume total de GÁS efetivamente faturado no MÊS em questão) vigentes no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

6.2.2. A penalidade estabelecida no item 6.2.1 é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO por força de FALHA NO FORNECIMENTO. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

6.3. QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF = QDS - QDN - QDD - QNPP - QNFM$$

Onde:

QF	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no dia em questão.
QDS	é a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) no dia em questão, limitada a maior entre a (i) QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA; e (ii) a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) no respectivo DIA.
QDN	é a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) para o PONTO DE ENTREGA TAG no dia em questão.

QDD	é a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) para o PONTO DE ENTREGA UTG SRO no DIA em questão.
QNFM	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR da VENDEDORA no DIA em questão. Este redutor será igual a zero nesta fórmula caso o mesmo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR já tenha sido considerado na programação, conforme alínea (c) do item 8.1.2 do CONTRATO,
QNPP	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS e PARADAS EMERGENCIAIS, quando aplicável, no DIA em questão, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (e) do item 12.3 Este redutor será igual a zero nesta fórmula caso o mesmo evento de PARADA PROGRAMADA já tenha sido considerado na programação, conforme alínea (b) do item 8.1.2 do CONTRATO.

6.3.1. A COMPRADORA poderá evitar ou reduzir a aplicação da penalidade estabelecida no item 6.2.1, caso reponha, no DIA imediatamente posterior ao DIA em que tenha ocorrido uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE apurada no DIA anterior. Para tanto, a VENDEDORA deverá, dentro do processo de programação de determinado DIA, na forma da alínea (c) do item 8.2.2, informar qual volume conseguirá entregar para a reposição da QUANTIDADE FALTANTE apurada no DIA anterior. A reposição somente poderá ser realizada mediante a programação da QUANTIDADE FALTANTE no PONTO DE ENTREGA TAG. A QRP que se refere à QUANTIDADE DE GÁS que poderá ser abatida da QUANTIDADE FALTANTE nos termos deste item 6.3, será igual a: (i) a QUANTIDADE DE GÁS oferecida pela VENDEDORA e não aceita pela COMPRADORA para reposição da QUANTIDADE FALTANTE (exclusivamente no PONTO DE ENTREGA TAG) no DIA seguinte à apuração de tal QUANTIDADE FALTANTE; ou (ii) a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente repostada pela VENDEDORA à COMPRADORA para reposição da QUANTIDADE FALTANTE (exclusivamente no PONTO DE ENTREGA TAG) no DIA seguinte à apuração de tal QUANTIDADE FALTANTE. Caso ocorra uma ação de BALANCEAMENTO da TAG no SISTEMA DE TRANSPORTE, no DIA ou no DIA seguinte em que tenha sido apurado uma QUANTIDADE FALTANTE, a regra estabelecida neste item 6.3.1 não poderá ser aplicada e a VENDEDORA não poderá se isentar da FALHA DE FORNECIMENTO mediante reposição da QUANTIDADE FALTANTE.

6.3.1.1. As PARTES concordam que a penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO estabelecida no item 6.2.1 não poderá ser cumulativa com a penalidade por entrega menor do que a parcela da QDP no PONTO DE ENTREGA UTG SRO estabelecida no item 6.4.1. Assim, caso em determinado DIA, a VENDEDORA incorra em ambas as penalidades citadas na sentença anterior, somente será devida à COMPRADORA a maior entre elas.

6.3.2. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) no PONTO DE ENTREGA TAG:

A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) será realizada através do envio para a COMPRADORA de cópia da NOTIFICAÇÃO de nominação de transporte, concomitantemente à sua efetiva apresentação pela VENDEDORA à

TRANSPORTADORA, considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

6.3.3. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) em determinado PONTO DE ENTREGA UTG SRO:

(a) Quando se registrar em determinado PONTO DE ENTREGA UTG SRO, durante todo o DIA, pressões maiores ou iguais à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO e não houver restrições no fornecimento de GÁS NOTIFICADOS pela VENDEDORA à COMPRADORA a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:

- (i) a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) relativa ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO; ou
- (ii) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

(b) Quando se registrar no PONTO DE ENTREGA UTG SRO em qualquer momento do DIA, PRESSÕES DE FORNECIMENTO menores que a PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO ou quando houver restrição no fornecimento de GÁS NOTIFICADA pela VENDEDORA à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será igual à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

(c) Caso a COMPRADORA opte por receber no PONTO DE ENTREGA UTG SRO qualquer QUANTIDADE DE GÁS fora da especificação de QUALIDADE DO GÁS, nos termos da CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:

- (i) a parcela da nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) relativa ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO NOTIFICADA pela COMPRADORA na forma prevista na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO; ou
- (ii) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

6.3.3.1. Para a apuração da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) aplica-se o disposto na alínea (a) do item 6.3.3, nas situações em que houver queda de pressão no PONTO DE ENTREGA UTG SRO:

- (a) pelo fato de a COMPRADORA ter sido parte determinante para tal ocorrência;
- (b) para realização de CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO e dos equipamentos de segurança e controle, no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, em que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (1ª) a COMPRADORA tenha sido NOTIFICADA previamente sobre a realização da CALIBRAÇÃO; (2ª) a queda de pressão não exceda a 15 (quinze) minutos; e (3ª) não haja prejuízo efetivo e comprovado ao consumo do GÁS.

6.4. Penalidade Específica da VENDEDORA para o PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

A VENDEDORA estará sujeita às penalidades por erro na entrega da parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, conforme estabelecido nos itens 6.4.1 e 6.4.2.

6.4.1. Penalidade por entrega menor do que a parcela da QDP no PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

Caso, em determinado DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA no PONTO DE ENTREGA UTG SRO seja inferior a 90% (noventa por cento) da parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA relativa ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO, a VENDEDORA pagará, sem prejuízo da configuração de FALHA DE FORNECIMENTO, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{RMenor(Dia)} = (0,90 \times QDP_{UTG} - QDD) \times 0,30 \times PM2 ; \text{ onde:}$$

$P_{RMenor(Dia)}$	-	Significa o valor da penalidade diária por entrega menor que a programada para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO, caso positiva.
QDP_{UTG}	-	Significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO no respectivo DIA.
QDD	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO no respectivo DIA.
PM2	-	Significa a PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2) vigente no respectivo DIA.

6.4.2. Penalidade por entrega maior do que a parcela da QDP no PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

Caso em determinado DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO seja superior a 110% (cento e dez por cento) da parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA de GÁS para o PONTO DE ENTREGA UTG SRO, a VENDEDORA pagará uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{RMaior(Dia)} = (QDD - 1,10 \times QDP_{UTG}) \times 0,30 \times PM2 ; \text{ onde:}$$

$P_{RMaior(Dia)}$	-	Significa o valor da penalidade diária por entrega maior que a programada para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO, caso positiva.
QDD	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO no respectivo DIA.
QDP_{UTG}	-	Significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO no respectivo DIA.
PM2	-	Significa a PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2) vigente no respectivo DIA.

6.4.3. Observado o disposto no item 6.3.1.1, as penalidades estabelecidas nos itens 6.4.1 e 6.4.2 são as únicas indenizações aplicáveis em caso de entrega a menor ou a maior neste CONTRATO, não sendo nenhuma outra indenização devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA

7.1. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA DE FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS, PARADAS EMERGENCIAIS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a cada MÊS, a adquirir e retirar da VENDEDORA e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), uma quantidade de GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

7.2. QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS - Apuração

Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), a eventual QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR = (0,8 \times QDC \times M) - (QNFP + QNFM + QNPP) - \sum_{j=1}^N QDA_j - \sum_{j=1}^N QDR_j + NTC_j$$

onde:

QNR	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no correspondente MÊS, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo;
QDC	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC);
M	é o número de DIAS do correspondente MÊS;
QNFP	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA DE FORNECIMENTO no respectivo MÊS;
QNFM	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS;
QNPP	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS e/ou PARADAS EMERGENCIAIS no respectivo MÊS, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (e) do item 12.3;
QDA _j	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) no DIA “j” para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG;
j	é cada um dos DIAS do correspondente MÊS.
NTC _j	é a QUANTIDADE DE GÁS, comercializada através do presente CONTRATO no DIA “j”, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra, pela COMPRADORA e venda, pela VENDEDORA, de gás sem programação de transporte, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 6.1.2.

7.2.1. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos no item 13.3.

7.3. QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR)

Uma vez efetuados os pagamentos a que se refere o item 13.3, as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) somar-se-ão ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

7.4. Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR)

A COMPRADORA recuperará, automaticamente, as QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), até o limite do saldo existente, na forma abaixo:

(a) Durante o prazo de vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) ocorrerá mensalmente e a QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será igual à QUANTIDADE DE GÁS equivalente que tenha sido retirada acima do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) (que corresponde a 80% da QDC), tendo como limite 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) em base mensal.

(b) Após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO e de eventuais prorrogações, a COMPRADORA poderá recuperar o saldo das QPNR, diariamente, até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente no último ANO, durante um período de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) DIAS contados da data de término do CONTRATO. Durante esse período, todas as regras do presente CONTRATO continuarão aplicáveis e em vigor com relação ao GÁS a ser fornecido em tal período, exceto pelos compromissos de retirada de GÁS da COMPRADORA e as regras aplicáveis a tais compromissos.

(c) Após o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) DIAS previsto acima, na hipótese de haver saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), ressalvado o disposto no item 7.4.4, a COMPRADORA perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução à COMPRADORA dos valores pagos.

7.4.1. A QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será deduzida do saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

7.4.2. Na hipótese do item 7.4, caso, em determinado MÊS, ocorra a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS de GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG, a COMPRADORA deverá pagar pela PARCELA DE TRANSPORTE relativa ao GÁS recuperado no respectivo MÊS do GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG.

7.4.3. A VENDEDORA fará certificação anual das reservas de GÁS e, caso não haja QUANTIDADE DE GÁS remanescente suficiente para cumprimento da devolução da QPNR, nos termos das alíneas (a) e (b) do item 7.4, se comprometem a promover a devolução do saldo de QPNR mediante entrega de GÁS de outras fontes.

7.4.4. Caso não ocorra a devolução integral do saldo de QPNR na forma das alíneas itens (a) e (b) do item 7.4 e do item 7.4.3, por motivo imputável à VENDEDORA, o saldo remanescente deverá ser convertido em valor monetário utilizando o valor médio

das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM) (considerando o peso das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS do GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO e das QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS no volume total de GÁS efetivamente faturado nos termos deste CONTRATO ao longo da vigência do CONTRATO) vigentes à época, reajustado na forma da CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS, e quitado pela VENDEDORA no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do recebimento de NOTIFICAÇÃO enviada pela COMPRADORA.

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

8.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes.

8.1.1. Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

8.1.2. A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

(a) a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADAS (QDS) não poderá ser superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), com exceção das hipóteses previstas no item (c) e no item 12.5;

(b) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS e/ou PARADAS EMERGENCIAIS; e

(c) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.2. A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

8.2.1. A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) unilateralmente pela COMPRADORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até as 13:30h (treze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao do fornecimento.

8.2.2. Até às 11:30h (onze horas e trinta minutos) do DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

(a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2;

(b) informar qual parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA será alocada ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO e qual será alocada ao PONTO DE ENTREGA TAG;

(c) informar se exercerá seu direito de reposição de QUANTIDADE FALTANTE para abatimento da penalidade de FALHA DE FORNECIMENTO, na forma do item 6.3.1; e

(d) informar se deseja acrescentar à QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA uma QUANTIDADE DE GÁS que tenha deixado de fornecer no DIA anterior no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, limitada a 10% da parcela da QUANTIDADE DIÁRIA

PROGRAMADA (QDP) que tenha sido alocada ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO em tal DIA anterior.

8.2.3. Até as 12:30h (doze horas e trinta minutos) do DIA do fornecimento, a COMPRADORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, poderá alterar (aumentar ou diminuir) unilateralmente a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) estabelecida para o respectivo DIA, desde que: (i) qualquer redução seja realizada na parcela da QDP relativa ao PONTO DE ENTREGA TAG e, somente caso, tal parcela da QDP relativa ao PONTO DE ENTREGA TAG alcance zero, então a parcela da QDP relativa ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO poderá ser reduzida; ou (ii) qualquer acréscimo seja realizada exclusivamente na parcela da QDP relativa ao PONTO DE ENTREGA TAG.

8.2.3.1. Caso ocorra uma alteração na parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA relativa ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO na forma do item 8.1.5 acima (programação intradiária), a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) será calculada pela média ponderada pelas 14:00h (quatorze horas) de vigência da programação diária, entre 00:00h (zero horas) e 14:00h (quatorze horas) e 10:00h (dez horas) de vigência da alteração da programação, entre 14:00h (quatorze horas) e 24:00h (vinte e quatro horas) do DIA pelas respectivas QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), independentemente do horário em que a alteração foi aprovada, sendo:

$$QDP_{ponderada} = (QDP_{(D-1)} \times 14 + QDP_{(D)} \times 10) / 24 \text{ horas; onde:}$$

QDP _{ponderada}	-	Significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA relativa ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO quando houver alteração no dia do fornecimento no PONTO DE ENTREGA UTG SRO.
QDP _(D-1)	-	Significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA relativa ao QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no DIA anterior ao DIA do fornecimento.
QDP _(D)	-	Significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA relativa ao QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no DIA do fornecimento (intradiária).

8.3. Até as 13:30h (treze horas e trinta minutos) do DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá informar as origens do GÁS programado para transporte perante o TRANSPORTADOR no âmbito do no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTREGA.

8.4. Até as 14:00h (quatorze horas) do DIA do fornecimento, a COMPRADORA deverá realizar a programação perante o TRANSPORTADOR no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

8.5. Até as 16:00h (dezesseis horas) do DIA do fornecimento, a VENDEDORA, a título informativo, deverá confirmar a alocação da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA entre os PONTOS DE ENTREGA e as informações de programação fornecidas ao TRANSPORTADOR.

8.6. Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido na alínea (a) do item 8.1.2 poderá

ser aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO em caso de recusa.

8.6.1. Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo do item 8.2.2, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) e definida a seguinte divisão entre os PONTOS DE ENTREGA: (i) a parcela da QDP relativa ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO será de 100.000 m³/dia (cem mil METROS CÚBICOS por DIA); e (ii) a parcela da QDP relativa ao PONTO DE ENTREGA TAG será igual ao volume remanescente da QDP, abatidos os 100.000 m³/dia (cem mil METROS CÚBICOS por DIA) alocados ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO.

8.7. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA DE FORNECIMENTO, excetuadas as hipóteses previstas neste CONTRATO.

8.8. Caso a TRANSPORTADORA passe a adotar a regra de ponderação para a determinação das quantidades diárias programadas em caso de programação intradiária no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE (que apesar de atualmente estar disposta nos CONTRATOS DE TRANSPORTE não vem sendo aplicada), tal regra será automaticamente aplicável para a ponderação da parcela das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS relativas ao PONTO DE ENTREGA TAG para os caso de programação intradiária no âmbito deste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. As PARTES estabelecem que (i) as condições de entrega para o PONTO DE ENTREGA TAG estão definidas no Anexo I do CONTRATO; e (ii) as condições de entrega para o PONTO DE ENTREGA UTG SRO estão definidas no Anexo II do CONTRATO.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS

10.1. As PARTES estabelecem que (i) as condições aplicáveis à medição do GÁS no PONTO DE ENTREGA TAG estão definidas no Anexo I do presente CONTRATO; e (ii) as condições à medição do GÁS no PONTO DE ENTREGA UTG SRO estão definidas no Anexo II do presente CONTRATO.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. As PARTES reconhecem que (i) o GÁS nominado pela VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA TAG, (ii) o GÁS entregue pela VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA UTG SRO e (iii) o GÁS retirado pela COMPRADORA nos respectivos PONTOS DE SAÍDA, deverão apresentar características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 02/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. As PARTES estabelecem que (i) as demais regras relativas à qualidade do GÁS no PONTO DE ENTREGA TAG estão previstas no Anexo I do presente

CONTRATO; e (ii) as regras relativas à qualidade do GÁS no PONTO DE ENTREGA UTG SRO estão previstas no Anexo II do presente CONTRATO.

CLÁUSULA DOZE – PARADAS

12.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento (PARADAS PROGRAMADAS da VENDEDORA) ou no recebimento de GÁS (PARADAS PROGRAMADAS da COMPRADORA), para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendado, dos equipamentos referidos no item 12.2.1 abaixo, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na entrega ou recebimento do GÁS pela VENDEDORA ou pela COMPRADORA, conforme o caso. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA ou recebida pela COMPRADORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de entrega da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

12.2. As PARADAS EMERGENCIAIS correspondem a situações transitórias que resultem em redução apenas parcial no fornecimento, para fins de reparos emergenciais tecnicamente necessários em equipamentos ou condutos vinculados ao fornecimento dos equipamentos referidos no item 12.2.1 abaixo, nas quais ocorrerá redução na entrega do GÁS pela VENDEDORA, conforme o caso. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA durante uma PARADA EMERGENCIAL será abatida dos compromissos de entrega da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

12.2.1. Para fins das PARADAS PROGRAMADAS e PARADAS EMERGENCIAIS, considerar-se-ão (i) como equipamentos comprovadamente vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades, os sistemas, e os equipamentos auxiliares de produção, processamento, tratamento, coleta, escoamento e entrega do GÁS (seja de propriedade da VENDEDORA, seus contratados ou terceiros), aqui incluídos os relacionados ao CONTRATOS UPSTREAM e (ii) como equipamentos vinculados ao recebimento de GÁS: os que constituem o sistema de distribuição e de transporte, desde que diretamente relacionados ao suprimento do GÁS abarcado pelo presente CONTRATO.

12.3. As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS e PARADAS EMERGENCIAIS de acordo com as seguintes regras:

(a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS de cada PARTE estará limitada ao total de 360 (trezentos e sessenta) horas por ANO.

(b) O direito da VENDEDORA em realizar PARADAS EMERGENCIAIS estará limitado, cumulativamente, a: (i) 10 (dez) DIAS por ANO; (ii) em cada DIA, a uma QUANTIDADE DE GÁS correspondente a no máximo 50% (cinquenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA vigente; e (iii) QUANTIDADES DE GÁS entregues por meio do PONTO DE ENTREGA TAG.

(c) A PARTE que desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de

antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista.

(d) Quando a VENDEDORA efetuar uma PARADA EMERGENCIAL deverá enviar, dentro de até 48 (quarenta e oito) horas após o seu início, uma NOTIFICAÇÃO à outra COMPRADORA informando sobre os motivos que levaram à PARADA EMERGENCIAL, o volume a ser reduzido e a duração prevista. Não obstante o anterior, caso uma PARADA EMERGENCIAL seja resultante de eventos relacionados aos sistemas operados sob os CONTRATOS DE TRANSPORTE e os CONTRATOS UPSTREAM, a VENDEDORA enviará a NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA em forma e prazo consistentes com a disponibilização de tais dados pelo operador responsável. A falta de envio da NOTIFICAÇÃO aqui prevista nas condições aqui estipuladas impossibilitará a VENDEDORA alegar a ocorrência de PARADA EMERGENCIAL para fins de isenção das penalidades previstas neste CONTRATO.

(e) A QUANTIDADE DE GÁS não entregue ou não recebida, em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA ou PARADA EMERGENCIAL será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QPP_j = QDC_j - QDA_j, \text{ onde:}$$

QPP _j :	é a QUANTIDADE GÁS não entregue em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA ou PARADA EMERGENCIAL no DIA "j";
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA "j"; e
QDA _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) para o DIA "j";

(f) Na hipótese de PARADA PROGRAMADA ou PARADA EMERGENCIAL que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS NATURAL a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO, a VENDEDORA se compromete a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes.

(g) As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA, assim como no sistema de produção de GÁS da VENDEDORA.

12.4. A data de início da PARADA PROGRAMADA poderá ser postergada, a exclusivo critério da PARTE que a tenha solicitado, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 2 (dois) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA NOTIFICADA nos termos da alínea (c) do item 12.3. Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data originalmente NOTIFICADA prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO.

12.5. A COMPRADORA terá o direito de, pelo prazo de 60 (sessenta) DIAS contados do término de uma PARADA EMERGENCIAL, solicitar (dentro do processo de programação de determinado DIA na forma do item (c)) a reposição da QUANTIDADE DE GÁS reduzida em função de tal PARADA EMERGENCIAL

mediante a entrega pela VENDEDORA de QUANTIDADES DE GÁS acima à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, até o limite, em cada DIA, de 10% (dez por cento) da QDC. Desta forma e excepcionalmente, a VENDEDORA estará obrigada a aceitar as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS enviadas pela COMPRADORA que superem o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA na forma e dentro dos limites estabelecidos neste item 12.5.

CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO

13.1. O faturamento será efetuado mensalmente, correspondendo cada MÊS a um período de faturamento.

13.2. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação das seguintes fórmulas, aplicando-se uma delas ao GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG e a outra ao GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO:

$$F = FPE_{TAG} + FPE_{UTG},$$

sendo

$$FPE_{TAG} = \sum_{i=1}^N (QDA_i + NTC) \times PGPE_{TAG}$$

E

$$FPE_{UTG} = \sum_{i=1}^N QDR_i \times PGPE_{UTG}$$

Onde:

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
FPE_{TAG}	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG.
FPE_{UTG}	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, para o GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO.
QDA_i	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) no PONTO DE ENTREGA TAG no DIA “i”,
QDR_i	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) de GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO no DIA “i”,
$PGPE_{TAG}$	é o PREÇO DO GÁS aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS ao GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA TAG vigente no último dia do MÊS em questão.
$PGPE_{UTG}$	é o PREÇO DO GÁS aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS de GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO vigente no último dia do MÊS em questão
N	Corresponde ao total DIAS do MÊS em questão.
i	Significa cada DIA do MÊS em questão.

13.2.1. Pela transferência de titularidade de GÁS sob custódia da TRANSPORTADORA, da COMPRADORA para a VENDEDORA, através de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO, o faturamento corresponderá, ao final de cada

MÊS, ao produto das QUANTIDADES DE GÁS transferidas do portfólio da COMPRADORA para o portfólio da VENDEDORA pelo PREÇO DO GÁS (portanto incluída a PARCELA DE TRANSPORTE) vigente no MÊS em questão.

13.3. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado MÊS, na forma do item 7.2, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pelo valor médio das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM) vigente no último DIA do MÊS em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMM} = QNR \times PM$$

Onde:

FAT _{RMM}	É o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL estabelecido no item 7.1.
QNR	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS.
PM:	o valor médio das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM) (considerando o peso das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS de GÁS oriundo do PONTO DE ENTREGA UTG SRO e das QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS no volume total de GÁS efetivamente faturado no MÊS em questão) vigentes no MÊS em questão.

13.4. Recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR)

Quando ocorrer a recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) através de QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QR), conforme item 7.4, será concedido à COMPRADORA um crédito, mediante a emissão de um DOCUMENTO DE CRÉDITO com valor determinado pela seguinte fórmula:

$$DCred_{QPNR} = QR_M \times PM$$

DCred _{QPNR}	É o valor do DOCUMENTO DE CRÉDITO a ser creditado à COMPRADORA em face da recuperação, em R\$, em determinado MÊS, de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPRA).
QR _M	É a QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QR _M) no MÊS, com respectivo abatimento do saldo previsto no item 7.4.
PM:	o valor médio das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM) (considerando o peso das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS NO PONTO DE ENTREGA UTG SRO e das QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS no volume total de GÁS efetivamente faturado no MÊS em questão) vigentes no MÊS em que tenha ocorrido a respectiva recuperação, sem tributos.

13.4.1. A QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QR_M) no MÊS será apurada no fechamento do MÊS, e o seu respectivo valor (sem tributos) será creditado à COMPRADORA, em compensação de um respectivo DOCUMENTO DE

COBRANÇA, no qual serão considerados os tributos devidos, referente ao MÊS da respectiva recuperação.

13.5. Para fins dos itens 13.2, 13.3 e 13.4 o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.6. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.6.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.7. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.7.1. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.8. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS ÚTEIS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

13.9. Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.9.1. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA ou no PONTO DE SAÍDA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.9.2. A revisão prevista no item 13.9.1, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

13.9.3. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar

de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.9.4. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.7 e 13.8.

13.9.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.10. ENCARGOS MORATÓRIOS.

13.10.1. No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, pro rata tempore, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

13.11. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.11.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

(c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

13.11.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos nas alíneas (b) e (c) do item 13.11.1.

CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

(a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO. Quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 13.11 deste CONTRATO.

(b) O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.

(c) Falência, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES.

(d) Nos casos de homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, falha em prestar caução suficiente para garantir o cumprimento de obrigações contratuais que representem o valor das verbas rescisórias estabelecidas no item 14.4.

(e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com o disposto na CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

(f) FALHA DE FORNECIMENTO por mais de 30 (trinta) DIAS, corridos ou intercalados, em determinado ANO que implique a entrega, na média do ANO, de QUANTIDADES DE GÁS inferiores a 80% (oitenta por cento) da QDP, independentemente de a VENDEDORA ter pago as multas e indenizações previstas para tal hipótese.

14.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (c), (d), (e) ou (f) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

14.2.1. O direito de pedir a resolução deste CONTRATO a que se refere o presente item 14.2 poderá ser exercido até o prazo máximo de 3 (três) meses contados da

caracterização do EVENTO DE INADIMPLEMENTO, sendo certo que após esse prazo o CONTRATO será considerado automaticamente extinto, observado o item 14.4, salvo se de outra forma vier a ser acordado entre as PARTES.

14.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados na alínea (a) ou (b) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 60 (sessenta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.3.1. Na hipótese do item 14.3 acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 60 (sessenta) DIAS estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.3.2. O direito de pedir a resolução deste CONTRATO a que se refere o presente item 14.3 poderá ser exercido até o prazo máximo de 3 (três) meses contados da caracterização do EVENTO DE INADIMPLEMENTO, sendo certo que após esse prazo o CONTRATO será considerado automaticamente extinto, observado o item 14.4, salvo se de outra forma vier a ser acordado entre as PARTES.

14.4. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO (VI) apurado conforme abaixo:

$$VI = 0,50 \times (QDC \times DF \times PG)$$

Onde:

VI	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em reais (R\$).
QDC	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.
DF	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO.
PG	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO, considerando o valor médio das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM).

14.4.1. Sem prejuízo dos itens 14.6 e 14.7 abaixo, acordam as PARTES que o valor estipulado nos itens 14.4 representam a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.4.2. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do

CONTRATO prevista no item 14.4 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.5. Adicionalmente às hipóteses previstas nesta Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que tenha sido reconhecido por ambas as PARTES, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO. Nesta hipótese nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

14.6. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução.

14.7. Caso o presente CONTRATO seja resolvido antecipadamente, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):

- (a) Caso a VENDEDORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela COMPRADORA, adicionalmente ao pagamento da totalidade das verbas rescisórias aplicáveis nos termos desta Cláusula a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA, no prazo previsto no item 14.4.2, o montante correspondente ao eventual saldo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) multiplicado pela PARCELA DA MOLÉCULA, vigente na data da resolução do CONTRATO.
- (b) Caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela VENDEDORA, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), calculado conforme alínea (a) acima, será reduzido do VALOR DE INDENIZAÇÃO (VI) a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA. Caso o valor da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) seja superior ao VALOR DE INDENIZAÇÃO (VI) a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA tal diferença no prazo previsto no item 14.4.2.

CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA, e/ou suas AFILIADAS, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e

(d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

15.2. Abrangência.

15.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

(a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.

(b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição accidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos.

(c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.

(d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES.

(e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público.

(f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção e INFRAESTRUTURA necessário para atendimento deste CONTRATO.

(g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para o recebimento do GÁS.

(h) Um comprovado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o SISTEMA DE TRANSPORTE utilizado para atendimento deste CONTRATO.

15.3. Eventos excluídos.

Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

(a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.

(b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem

como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral.

(c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no presente CONTRATO.

(d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no presente CONTRATO.

(e) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO.

(f) Depleção de poços nos quais o GÁS objeto deste CONTRATO é produzido.

15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

(a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.

(b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.

(c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.

(d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.

(e) Permitir às outras PARTES, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.

(f) Complementar posteriormente a informação de que trata a alínea (a) do item 15.4 com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

(g) Sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO.

15.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata a alínea (a) do item 15.4 seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

15.5. Obrigações não afetadas.

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6. Efeitos no CONTRATO.

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO.

15.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.8. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que a alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

16.1. O CONTRATO será regido pelas leis brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO ou a ele relacionadas, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

16.2. MEDIAÇÃO.

(a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser instaurado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será administrada pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei 13.140/15.

(b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não cheguem a um consenso sobre a nomeação do mediador, a escolha deverá ser feita pela CÂMARA, nos termos do seu regulamento de MEDIAÇÃO.

(c) A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil.

16.3. PERITAGEM.

(a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g., medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc.) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM. Caso no curso da ARBITRAGEM seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à PERITAGEM, a PARTE que consignou sua posição pela inaplicabilidade da PERITAGEM sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na ARBITRAGEM. Além disso, o TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da PARTE como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

(b) Entendendo-se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, eleger o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.

(c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

16.3.1. Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

- (i) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;
- (ii) decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas PARTES;
- (iii) manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (iv) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- (v) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico.
- (vi) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

16.3.2. Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

- (i) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- (ii) dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- (iii) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- (iv) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;
- (v) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, entre os quais honorários do PERITO;
- (vi) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;
- (vii) comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) DIAS de recebimento de tais informações.

16.3.3. Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) DIAS decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo

PERITO.

16.3.4. Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM, ressalvada a possibilidade de realização de nova perícia por determinação do TRIBUNAL ARBITRAL, e neste caso, apresentação de laudos técnicos elaborados por assistentes técnicos das PARTES; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.

16.4. ARBITRAGEM.

16.4.1. A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

16.4.2. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

16.4.3. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

(i) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da CÂMARA solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre COMPRADORA e VENDEDORA. Não havendo consenso, a Diretoria da CÂMARA encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

(a) a COMPRADORA e a e VENDEDORA conjuntamente deverão, de forma separada, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);

(b) recebidas as listas com as ordens de preferência da COMPRADORA e da VENDEDORA, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada pela COMPRADORA e pela VENDEDORA;
e

(c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das

ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.

(ii) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

- (a) A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de ARBITRAGEM à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO (“PRIMEIRO ÁRBITRO”).
- (b) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da notificação da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da ARBITRAGEM e indicará o nome de seu ÁRBITRO (“SEGUNDO ÁRBITRO”).
- (c) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos.
- (d) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.
- (e) A VENDEDORA deverão fazer suas indicações conjuntamente e serão consideradas como uma única PARTE para fins de indicações de ÁRBITROS.

16.4.4. Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

(a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.

(b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

16.4.5. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, os TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

16.4.6. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

16.4.7. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.

- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.
- (c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.
- (d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

16.5. Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer: (i) ao foro da Cidade de Salvador, Estado da Bahia; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

17.1. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S), observado o disposto no item 17.2.

17.1.1. Não obstante o acima, as PARTES poderão ceder o presente CONTRATO nos casos em que a cessionária seja empresa sob controle ou com participação acionária da PARTE cedente ou consórcio de que a PARTE faça parte na condição de operadora ou não operadora.

17.2. A COMPRADORA poderá ceder a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA com 60 (sessenta) DIAS de antecedência, os direitos e obrigações decorrentes de qualquer parte da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, nos exatos termos previstos neste CONTRATO, desde que a COMPRADORA demonstre que o cessionário reúne condições de garantia técnica e solvência econômica satisfatórias para assumir as obrigações decorrentes de tal cessão, sem que a VENDEDORA incida num risco comercial e econômico maior que o assumido.

CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

- (a) VENDEDORA

Endereço: Avenida Luis Viana Filho, 13223, Edifício Hangar Business Park,
Torre 3, 4º andar, São Cristóvão, Salvador/BA, CEP 41.500-300

A/C: Alairson Gonçalves Filho, João Vitor Moreira e Rafaela Furtado

E-mail: alairson.filho@petroreconcavo.com.br c/c
joao.vitor@petroreconcavo.com.br,
gasnatural@petroreconcavo.com.br e
rafaela.furtado@petroreconcavo.com.br

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA
CEP 41.810-012

A/C: Gerência de Suprimento de Gás e de Mercado

Fone: (71) 3206-6198

E-mail: mercado_gas@bahiagas.com.br

18.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) VENDEDORA

Endereço: Avenida Luis Viana Filho, 13223, Edifício Hangar Business Park,
Torre 3, 4º andar, São Cristóvão, Salvador/BA, CEP 41.500-300

A/C: Alairson Gonçalves Filho, João Vitor Moreira e Rafaela Furtado

E-mail: alairson.filho@petroreconcavo.com.br c/c
joao.vitor@petroreconcavo.com.br,
gasnatural@petroreconcavo.com.br e
rafaela.furtado@petroreconcavo.com.br

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA
CEP 41.810-012

Fone: (71) 3206-6198

Plantão Emergencial: (71) 3632-3422 / (71) 99138-9000

Correios eletrônicos (e-mails):

Comercial: mercado_gas@bahiagas.com.br

Programação: programacao_gas@bahiagas.com.br

Medição e Qualidade: medicacao@bahiagas.com.br

18.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para

contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

18.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

18.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).

CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

19.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.

19.4. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente CONTRATO.
- (d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.
- (e) para qualquer órgão público, desde que exigido por LEI.

CLÁUSULA VINTE– NOVAÇÃO

20.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES

21.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

21.1.1. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu GRUPO (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as LEIS ANTICORRUPÇÃO aplicáveis, incluindo a Lei Brasileira nº 12.846/13. Para os efeitos desta cláusula, GRUPO significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

21.1.2. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.1.3. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu GRUPO (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

21.1.4. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu GRUPO (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do GRUPO da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do GRUPO da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

21.1.5. Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nos itens 21.1.3 e 21.1.4 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES.

21.1.6. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.1.7. Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 21.1.2, 21.1.3 e 21.1.5; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

21.1.8. Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela Parte Indenizante e suas AFILIADAS.

21.1.9. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

21.1.10. Cada PARTE deverá proibir e garantir que não empregará nem usará qualquer forma de trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (“ESCRavidÃO MODERNA”), e tomará as medidas apropriadas para garantir que não haja nenhuma forma de ESCRAVIDÃO MODERNA empregada ou usada em seus negócios ou em suas cadeias de suprimentos.

21.1.11. Cada PARTE notificará imediatamente qualquer instância ou motivo para suspeitar de ESCRAVIDÃO MODERNA, PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL ou trabalho infantil na força de trabalho de cada PARTE ou de sua cadeia de suprimentos

CLÁUSULA VINTE E DOIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. AS PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente CONTRATO em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados as PARTES deverão:

- (i) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à outra PARTE, que terá o direito de rescindir o CONTRATO sem qualquer ônus, multa ou encargo.
- (ii) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso,

modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

- (iii) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da PARTE detentora originariamente dos dados.

22.2. A PARTE causadora de vazamento ou mal usado dos dados será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à outra PARTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Nulidade das cláusulas contratuais.

23.1.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

23.1.2. Na hipótese do item 23.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

23.2. Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

23.3. Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos

contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

(d) A VENDEDORA obteve todas as licenças necessárias e dispõem, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, do gás natural, bem como da capacidade de produção, transporte, liquefação, regaseificação, processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desse CONTRATO, durante todo o seu prazo.

23.4. Cuidado com o meio ambiente.

23.4.1. As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

(a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;

(b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;

(c) estímulo ao uso racional e eficiente do gás natural; e

(d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

23.4.2. Anualmente, caso solicitado pela COMPRADORA, a VENDEDORA deverá fornecer informações sobre práticas ASG (Ambiental, Social e Governança) mediante o preenchimento de formulário a ser disponibilizado pela COMPRADORA.

23.5. Compleitude do CONTRATO.

Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

23.6. Sobrevivência.

Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que o item 7.4 e a CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO, CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, e CLÁUSULA VINTE– NOVAÇÃO deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os

termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

23.7. Valor estimado do CONTRATO.

As PARTES concordam que o valor total estimado deste CONTRATO é de R\$ 2.662.296.050,00 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e dois milhões, duzentos e noventa e seis mil e cinquenta reais).

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES

24.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

Anexo I

Condições de entrega, medição e qualidade do GÁS do PONTO DE ENTREGA TAG

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

- 1.1. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente à jusante do SISTEMA DE MEDIÇÃO do respectivo PONTO DE ENTREGA TAG.
- 1.2. Todos os riscos e as perdas de GÁS (i) à montante do PONTO DE ENTREGA TAG são de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante do PONTO DE ENTREGA TAG são de responsabilidade da COMPRADORA.
- 1.3. Não obstante o disposto no item 1.2 acima, o GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA para custódia do TRANSPORTADOR no PONTO DE ENTREGA e permanecerá sob custódia e responsabilidade do TRANSPORTADOR até a entrega à COMPRADORA no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, sendo certo que uma PARTE não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pelo TRANSPORTADOR, de seu dever de custódia.
- 1.4. Caso a VENDEDORA, ou uma AFILIADA da VENDEDORA, realize venda de GÁS NATURAL a terceiros ou movimente GÁS NATURAL de sua propriedade através do PONTO DE ENTREGA TAG, a VENDEDORA se compromete, em qualquer hipótese de contingência no fornecimento no PONTO DE ENTREGA, a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória, aplicando-lhe, quando necessário, uma redução no fornecimento de GÁS, ao menos, de forma equitativa com os demais clientes.
- 1.5. As PARTES reconhecem que os PONTOS DE SAÍDA aplicáveis a este CONTRATO são todos aqueles do SISTEMA DE TRANSPORTE localizados no Estado da Bahia e o PONTO DE ENTREGA TAG é qualquer dos pontos de recebimento da malha integrada da TAG.

CLÁUSULA SEGUNDA – MEDIÇÃO DO GÁS

- 2.1. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos sistemas de medição do GÁS a ser nominado no PONTO DE ENTREGA TAG estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo, para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade da TRANSPORTADORA, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – QUALIDADE DO GÁS

- 3.1. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS a ser nominado no PONTO DE ENTREGA TAG estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo, para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade da TRANSPORTADORA, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.
- 3.2. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE SAÍDA será de responsabilidade da TRANSPORTADORA.
- 3.3. A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, no PONTO DE ENTREGA TAG e nos PONTOS DE SAÍDA, serão efetuadas de acordo com as regras dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.
- 3.4. Em caso de o GÁS vir a ser fornecido no PONTO DE SAÍDA em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas neste item, deverão ser observadas as disposições do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA pertinente.

Anexo II

Condições de entrega, medição e qualidade do GÁS do PONTO DE ENTREGA UTG SRO

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

1.1. As PARTES reconhecem que o PONTO DE ENTREGA UTG SRO, para todos os fins do CONTRATO, é o que consta abaixo:

PONTO DE ENTREGA UTG SRO	Localização	Município	Latitude	Longitude	QM (mil m ³ /dia)
Ponto de Entrega I (PE 1)	Estrado do Vinte Mil	Mata de São João	12:30:46.1 181	38:17:40.6 551	160 ~ 400

1.2. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente à montante da última válvula ou flange de propriedade da VENDEDORA ou de terceiros por esta contratada no PONTO DE ENTREGA UTG SRO

1.3. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante do PONTO DE ENTREGA UTG SRO são de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante do PONTO DE ENTREGA UTG SRO são de responsabilidade da COMPRADORA.

1.4. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, atendendo às condições desta cláusula e aos aspectos de qualidade definidos na Cláusula Terceira do presente Anexo II.

1.5. As pressões máximas, mínimas e limite e as vazões máximas e mínimas do PONTO DE ENTREGA TAG estão estabelecidas abaixo:

PONTO DE ENTREGA UTG SRO	Pressão Mínima de Fornecimento (kgf/ cm ² g)	Pressão Máxima de Fornecimento (kgf/ cm ² g)	Pressão Limite de Fornecimento (kgf/ cm ² g)	Vazão Máxima Instantânea (m ³ /h)	Vazão Mínima Instantânea (m ³ /h)
Ponto de Entrega I (PE I)	30	36	38	400.000	160.000

1.5.1. A COMPRADORA confirma que sua rede ligada ao PONTO DE ENTREGA UTG SRO estará apta, homologada e licenciada para suportar pressões até o valor definido para a PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

1.5.2. A VENDEDORA não se responsabiliza por danos causados aos equipamentos da COMPRADORA e aos equipamentos de terceiros decorrentes da entrega de GÁS com uma PRESSÃO DE FORNECIMENTO até os limites do valor da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

1.5.3. Ocorrendo falhas nos equipamentos de regulação de pressão do PONTO DE ENTREGA UTG SRO, a pressão no PONTO DE ENTREGA UTG SRO poderá

ser superior à PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO, pelo prazo necessário à regularização da condição de fornecimento, sendo o limite de pressão, à jusante do PONTO DE ENTREGA, nestas condições, a PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

- 1.5.4. A VENDEDORA será responsável pelos danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e os lucros cessantes, causados aos equipamentos da COMPRADORA ou de seus usuários em decorrência da entrega de GÁS com PRESSÃO DE FORNECIMENTO superior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, desde que comprovado o nexo causal entre os danos causados e a entrega de GÁS com pressão acima da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.
- 1.5.5. A VENDEDORA disponibilizará à COMPRADORA os dados relativos à PRESSÃO DE FORNECIMENTO do GÁS apurados no SISTEMA DE MEDIÇÃO. No caso de indisponibilidade deste sistema, a VENDEDORA se compromete, no prazo máximo de 15 (quinze) DIAS ÚTEIS, contados da data em que o sistema esteve indisponível, a enviar um relatório contendo registro das pressões apuradas nos referidos DIAS.
- 1.6. Caso a VENDEDORA, ou uma AFILIADA da VENDEDORA, realize venda de GÁS NATURAL a terceiros ou movimente GÁS NATURAL de sua propriedade por meio do PONTO DE ENTREGA, a VENDEDORA se compromete, em qualquer hipótese de contingência no fornecimento no PONTO DE ENTREGA, a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória, aplicando-lhe, quando necessário, uma redução no fornecimento de GÁS, no mínimo de forma equitativa com os demais clientes.

CLÁUSULA SEGUNDA – MEDIÇÃO DO GÁS

- 2.1. A medição do volume de GÁS fornecido à COMPRADORA será efetuada pela VENDEDORA através do SISTEMA DE MEDIÇÃO.
- 2.1.1. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades – SI.
- 2.1.2. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO em zero na respectiva casa decimal.
- 2.2. Para determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) pela COMPRADORA em determinado DIA e no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$QDR = (QM \times fq)$$

$$fq = \frac{PCS_m}{PCR}, \text{ onde:}$$

QDR	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), no PONTO DE ENTREGA UTG SRO;
QM	É a QUANTIDADE MEDIDA (QM), no PONTO DE ENTREGA UTG SRO;

f_q	É o Fator de Conversão da QM para QDR, ARREDONDADO até a quarta casa decimal;
PCS_m	É o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA no PONTO DE ENTREGA em questão, ARREDONDADO até a terceira casa decimal; e
PCR	É o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

2.3. A QUANTIDADE MEDIDA será realizada nas condições de operação onde se verificam o cumprimento pelas PARTES das obrigações previstas nas condições de entrega. Para apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM), aplicam-se as normas técnicas especificamente aos medidores utilizados e que podem ser fornecidas à COMPRADORA.

2.3.1. A VENDEDORA envidará seus melhores esforços para disponibilizar os dados relativos à medição do GÁS estabelecidos nesta cláusula por meio eletrônico em tempo real para a COMPRADORA. Enquanto o meio eletrônico não for implementado pela VENDEDORA, a VENDEDORA enviará diariamente relatórios diários contendo as medições do GÁS. Caso solicitado pela COMPRADORA, a VENDEDORA deverá disponibilizar as informações capturadas no computador do equipamento, denominados *audits trails*.

2.4. CALIBRAÇÃO dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO.

2.4.1. A CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO será providenciada pela VENDEDORA, utilizando padrões com referências estabelecidas (resultados rastreáveis) pelo órgão institucional competente, devendo a VENDEDORA, com no mínimo 30 (trinta) DIAS ÚTEIS de antecedência, enviar NOTIFICAÇÃO comunicando à COMPRADORA a realização do evento, de modo a possibilitar que ela se faça representar para o acompanhamento dos trabalhos.

2.4.2. Caso à COMPRADORA não compareça no DIA marcado para a CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO, esta será efetuada sem a sua presença, ressalvado o direito da COMPRADORA de requerer uma CALIBRAÇÃO adicional, nos termos do item 2.4.8.

2.4.3. O período entre CALIBRAÇÕES deverá ser estabelecido conforme a Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 10 de junho de 2013, ou qualquer outra disposição normativa superveniente ou conforme vier a ser acordado entre as PARTES.

2.4.4. Nenhum AJUSTE será efetuado no SISTEMA DE MEDIÇÃO caso a CALIBRAÇÃO indique que ele esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos.

2.4.5. Caso determinada CALIBRAÇÃO indique que o referido SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será adotado a seguinte sequência:

(a) A VENDEDORA determinará tecnicamente o respectivo fator de correção da QUANTIDADE MEDIDA (QM), sendo facultado à COMPRADORA

acompanhar os trabalhos.

(b) O fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de CALIBRAÇÃO, mediante simulação para cálculo da vazão a partir dos valores médios das variáveis de processo.

(c) Uma vez que os cálculos sejam aceitos pela COMPRADORA, será lavrado um termo que as PARTES subscreverão sem ressalvas, no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros aspectos pertinentes.

(d) Caso a COMPRADORA não esteja de acordo com os referidos cálculos, deverá mediante NOTIFICAÇÃO, em até 5 (cinco) DIAS, comunicar a discordância à VENDEDORA, fundamentando os motivos de seu desacordo. Caso a COMPRADORA não se pronuncie, considerar-se-á a concordância com os referidos cálculos.

2.4.6. Comprovadamente definido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteve fora de AJUSTE, será aplicado o fator de correção a que se refere o item 2.4.5, observado o disposto no item 2.4.4.

2.4.7. Não sendo conhecido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteve fora de AJUSTE, o disposto no item 2.4.6 será aplicado sobre cada QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) (i) nos 60 (sessenta) DIAS anteriores à CALIBRAÇÃO que detectou o erro; ou (ii) na última metade do período de tempo entre a detecção do erro e a CALIBRAÇÃO anterior DO SISTEMA DE MEDIÇÃO; prevalecendo, em todo o caso, o menor período de tempo.

2.4.8. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO, solicitar CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO fora da periodicidade estabelecida no item 2.4.3. A VENDEDORA enviará à COMPRADORA, no prazo de 20 (vinte) DIAS ÚTEIS, uma NOTIFICAÇÃO com uma estimativa dos custos.

(a) Caso a COMPRADORA confirme, mediante NOTIFICAÇÃO, esta CALIBRAÇÃO, e o fator de correção apurado seja igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA, conforme o caso.

(b) Caso contrário, se o fator de correção apurado for superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela VENDEDORA.

2.4.9. Caso a VENDEDORA descumpra as suas obrigações relativas à CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO (incluindo, mas não se limitando a, não realizar a CALIBRAÇÃO na forma e prazos aqui estabelecidos, não realizar os AJUSTES uma vez detectado que o SISTEMA DE MEDIÇÃO está descalibrado, não garantir acesso à COMPRADORA), será aplicado à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), durante o período em que perdurar o descumprimento, um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o PREÇO DO GÁS.

2.5. Havendo, em qualquer DIA, falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO que impeça a apuração segura da QUANTIDADE MEDIDA (QM), sem interrupção no

fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) relativa a esse DIA será determinada da seguinte forma hierárquica:

- (a) Com base em medições apuradas no SISTEMA DE MEDIÇÃO da COMPRADORA, imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA, se houver.
 - (b) Com base em medições efetuadas em outros sistemas de medição – no gasoduto que atende à COMPRADORA – por diferenças, caso a partir destas se possa calcular, de forma razoável, a referida quantidade de GÁS medida, considerando os recebimentos e entregas no mesmo gasoduto, bem como a variação do estoque de gás no mesmo.
 - (c) Com base em quaisquer outros métodos acordados entre as PARTES.
- 2.6. Caso a COMPRADORA seja proprietária ou utilize um sistema de medição redundante destinado a medir o GÁS objeto deste CONTRATO, ela se obriga a aplicar todos os procedimentos e regras aplicáveis ao serviço de distribuição de gás canalizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – QUALIDADE DO GÁS

- 3.1. A determinação da QUALIDADE DO GÁS será efetuada pela VENDEDORA na ESTAÇÃO DE ENTREGA
- 3.2. As PARTES acordam que, na hipótese de indisponibilidade dos equipamentos instalados na ESTAÇÃO DE ENTREGA para determinação das características do GÁS, utilizar-se-á para este fim, caso existam, os equipamentos instalados no SISTEMA DE MEDIÇÃO da COMPRADORA.
- 3.3. A metodologia para determinação da QUALIDADE DO GÁS deverá estar em conformidade com a estabelecida no Regulamento Técnico ANP nº 02/2008, anexo à Resolução ANP nº 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.
- 3.3.1. A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, no PONTO DE ENTREGA será efetuada por cálculo, a partir da composição determinada por cromatografia gasosa, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com base na norma ISO 6976:2016, ou a(s) que venha(m) a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.
- 3.3.2. A VENDEDORA envidará seus melhores esforços para disponibilizar os dados da composição do GÁS, determinada por cromatografia gasosa, referidos no item 3.3.1 por meio eletrônico em tempo real para a COMPRADORA. Enquanto o meio eletrônico não for implementado pela VENDEDORA, a VENDEDORA enviará diariamente relatórios diários contendo os dados da composição do GÁS. Caso solicitado pela COMPRADORA, a VENDEDORA deverá disponibilizar as informações capturadas no computador do equipamento, denominados *audits trails*.
- 3.4. Especificações e CALIBRAÇÃO do Cromatógrafo.
- 3.4.1. O cromatógrafo deverá ser configurado para análise automática em linha de GÁS NATURAL e possibilidade de realizar CALIBRAÇÃO automática com GÁS

padrão. O GÁS padrão deverá conter todos os componentes que são analisados de forma direta e possuir certificado de análise que garanta a rastreabilidade a padrões internacionais (i) NIST (National Institute of Standards and Technology), (ii) NMI (Netherlands Measurement Institute), (iii) INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) ou (iv) redes acreditadas à RBC (Rede Brasileira de Calibração), conforme definido pela VENDEDORA.

3.4.2. A CALIBRAÇÃO do cromatógrafo será feita pela VENDEDORA, em conformidade com o que preconiza a norma ISO 6974-5/2015, na ESTAÇÃO DE ENTREGA ou em seus laboratórios, sempre, em qualquer caso, com NOTIFICAÇÃO prévia de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS à COMPRADORA, de forma a possibilitar que estas, se o desejar, se façam representar, por sua conta e risco, para o acompanhamento dos trabalhos.

3.4.2.1. O intervalo entre duas CALIBRAÇÕES sucessivas do cromatógrafo, a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, será de, no máximo, 12 (doze) meses, conforme Resolução Conjunta ANP e INMETRO nº 01/2013, ou outra que vier a substituí-la.

3.4.2.2. O cromatógrafo deverá executar automaticamente uma verificação rotineira. Os resultados dos desvios entre estas verificações automáticas deverão ser registrados em relatórios e arquivados.

3.4.2.3. Durante a CALIBRAÇÃO, a VENDEDORA dará acesso à COMPRADORA ao(s) número(s) do(s) lacre(s) existente(s), disponibilizará o número de série do cromatógrafo calibrado e o(s) novo(s) lacre(s) utilizado(s).

3.4.2.4. Mesmo na ausência de representante da COMPRADORA para acompanhar os trabalhos, estes serão realizados, ressalvado o direito da COMPRADORA de requerer uma CALIBRAÇÃO adicional, nos termos do item 3.4.2.9.

3.4.2.5. Os procedimentos adotados e os resultados obtidos em cada CALIBRAÇÃO deverão ser devidamente registrados em relatório cuja forma deverá ser estabelecida pela VENDEDORA.

3.4.2.6. Caso as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 3.4.2 indiquem que o cromatógrafo apresenta erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, serão realizados os seguintes procedimentos:

(a) A VENDEDORA calculará tecnicamente o fator de correção do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) com base nas informações constantes dos relatórios de CALIBRAÇÃO e AJUSTE, sendo facultado à COMPRADORA o acompanhamento dos trabalhos.

(b) Concluída a tarefa mencionada na alínea (a) do item 3.4.2.6, lavrar-se-á um termo no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros aspectos pertinentes.

(c) Caso a COMPRADORA esteja de acordo com o referido termo, este será lavrado sem ressalvas entre as PARTES, e o fator poderá ser de imediato empregado para os fins que objetivaram sua determinação.

(d) Caso a COMPRADORA não esteja de acordo com o referido termo, deverá comunicar sua discordância à VENDEDORA, mediante NOTIFICAÇÃO em até 10 (dez) DIAS, fundamentando os motivos de seu desacordo. Caso a COMPRADORA não se pronuncie, considerar-se-á a concordância com o referido termo.

3.4.2.7. Nenhuma correção será considerada caso a aplicação do fator de correção indique um erro igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, prevalecendo os valores registrados pelo cromatógrafo.

3.4.2.8. As correções citadas no item 3.4.2.6 serão aplicadas sobre a QUANTIDADE DE GÁS retirada pela COMPRADORA no intervalo de tempo entre a CALIBRAÇÃO que indicou que o cromatógrafo apresentou erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos e a mais recente entre (i) a última verificação automática, ajustada para o padrão da CALIBRAÇÃO manual, que tenha apontado que o cromatógrafo não apresentou erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos ou (ii) a última CALIBRAÇÃO manual que indicou que o cromatógrafo apresentou erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos.

3.4.2.9. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, solicitar CALIBRAÇÃO adicional do cromatógrafo.

(a) Caso o fator de correção apurado seja igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), o cromatógrafo será considerado conforme e os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA, conforme o caso.

(b) Caso contrário, se o fator de correção apurado for superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), o cromatógrafo será considerado desconforme e os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela VENDEDORA.

3.4.2.10 Havendo, em qualquer DIA, falha no cromatógrafo ou remoção de algum de seus componentes para manutenção, sem interrupção no fornecimento de GÁS para a COMPRADORA, a QUALIDADE DO GÁS relativa a esse DIA será determinada de acordo com o estabelecido nos itens 3.4.2.10.1 e 3.4.2.10.2.

3.4.2.10.1. As PARTES acordam que, na hipótese de indisponibilidade dos equipamentos instalados na ESTAÇÃO DE ENTREGA para determinação das características do GÁS, utilizar-se-á para este fim, caso existam, os equipamentos instalados no SISTEMA DE MEDIÇÃO da COMPRADORA.

3.4.2.10.2. Caso as instalações da COMPRADORA, não existam, também estejam indisponíveis ou caso não atendam ao estabelecido no item 3.3 e subitens, as PARTES deverão acordar sobre uma forma alternativa de apuração da QUALIDADE DO GÁS.

3.5. Sempre que a VENDEDORA tiver ciência da possibilidade de o GÁS vir a ser fornecido no PONTO DE ENTREGA UTG SRO em desconformidade, parcial ou

total, com as especificações estipuladas no item 11.1 do CONTRATO, as seguintes regras serão aplicadas:

- (a) A VENDEDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA acerca da identificação da não conformidade do GÁS em relação a qualquer das especificações mencionadas na Cláusula 3.5, informando-a, quando possível, da desconformidade esperada no GÁS e indicando quais seriam os prováveis itens em desconformidade, os respectivos desvios de qualidade, o momento provável em que o GÁS estará desconforme nos PONTO DE ENTREGA UTG SRO e o tempo estimado para retorno do GÁS às especificações previstas no item 11.1 do CONTRATO.
 - (b) Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO de que trata a alínea (a) do item 3.5, a COMPRADORA deverá informar à VENDEDORA, tão prontamente quanto possível, se aceita ou não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação. Fica expressamente estabelecido que a falta de manifestação da COMPRADORA, no prazo máximo de 5 (cinco) horas contadas do horário de envio da NOTIFICAÇÃO mencionada, será considerada como opção da COMPRADORA de não receber o Gás fora de especificação.
 - (c) Caso opte por receber o GÁS fora de especificação e fará jus a um desconto de 5 (cinco por cento) sobre o a PARCELA DA MOLÉCULA 2 (PM2).
 - (d) Em relação à hipótese prevista na alínea (c) do item 3.5 acima, caso a COMPRADORA decida não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação ou não se manifeste no prazo estabelecido na alínea (b) do item 3.5 e, de fato, não retire o GÁS que informou que não retiraria após o horário que a VENDEDORA informou que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTO DE ENTREGA, estará caracterizada FALHA DE FORNECIMENTO, tomando-se por base a parcela QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) cuja a entrega a COMPRADORA rejeitou e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS.
 - (e) Caso a COMPRADORA tenha informado que rejeitaria o GÁS fora de especificação ou não tenha se manifestado no prazo estabelecido na alínea (b) do item 3.5, mas, a despeito disto, o GÁS tenha sido retirado no PONTO DE ENTREGA UTG SRO, após o horário que a VENDEDORA informou que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTOS DE ENTREGA, estará descaracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO e a COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar pela QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), preservando-se, todavia, em favor da COMPRADORA, o direito ao desconto referido na alínea (c) acima.
- 3.5.1. Caso a VENDEDORA entregue GÁS fora de especificação prevista no item 11.1 do CONTRATO sem que tenha enviado NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA da desconformidade existente estará configurada uma FALHA NO FORNECIMENTO.
- 3.5.2. Para fins de cálculo da penalidade de FALHA DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE relativa à entrega de GÁS desconforme será: (i) em caso de não entrega do GÁS por recusa da COMPRADORA, a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA relativa ao PONTO DE ENTREGA UTG

SRO; ou (ii) a QUANTIDADE DE GÁS entregue pela VENDEDORA fora das especificações de qualidade mesmo após a recusa (tácita ou expressa) da COMPRADORA e/ou QUANTIDADE DE GÁS entregue pela VENDEDORA fora das especificações de qualidade sem prévio aviso da VENDEDORA à COMPRADORA.



Minuta Aditivo Nº 2 ao GSA Firme PetroReconcavo Bahiagás v
Assinatura Limpa pdf

Assinaturas

-  Isadora Andrade Gomes D'Oliveira
Aprovou
-  Victor Magalhães Goncalves da Silva
Aprovou
-  Makyo de Araujo Felix
Assinou como testemunha
-  Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Assinou
-  LARISSE KARINA STELITANO GONSALVES DE OLIVEIRA
Assinou
-  Alairson Goncalves Filho
Assinou como testemunha
-  RAFAEL PROCACI DA CUNHA
Assinou
-  João Vitor Silva Moreira
Assinou

Eventos do documento

18 Jul 2024, 11:04:53

Documento  criado por ISADORA ANDRADE GOMES D'OLIVEIRA 

18 Jul 2024, 11:10:45

Assinaturas iniciadas por ISADORA ANDRADE GOMES D'OLIVEIRA 

18 Jul 2024, 11:10:55

ISADORA ANDRADE GOMES D'OLIVEIRA **Aprovou**

18 Jul 2024, 11:49:15

MAKYO DE ARAUJO FELIX **Assinou como testemunha**

18 Jul 2024, 12:48:29

VICTOR MAGALHÃES GONÇALVES DA SILVA **Aprovou**

18 Jul 2024, 13:54:26

JOÃO VITOR SILVA MOREIRA **Assinou**

18 Jul 2024, 17:15:21

ALAIRSON GONÇALVES FILHO **Assinou como testemunha**

19 Jul 2024, 16:08:44

RAFAEL PROCACI DA CUNHA **Assinou**

19 Jul 2024, 18:30:03

LARISSE KARINA STELITANO GONSALVES DE OLIVEIRA **Assinou**

20 Jul 2024, 10:50:19

LUIZ RAIMUNDO BARREIROS GAVAZZA **Assinou**

[Redacted signature area]



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign